



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



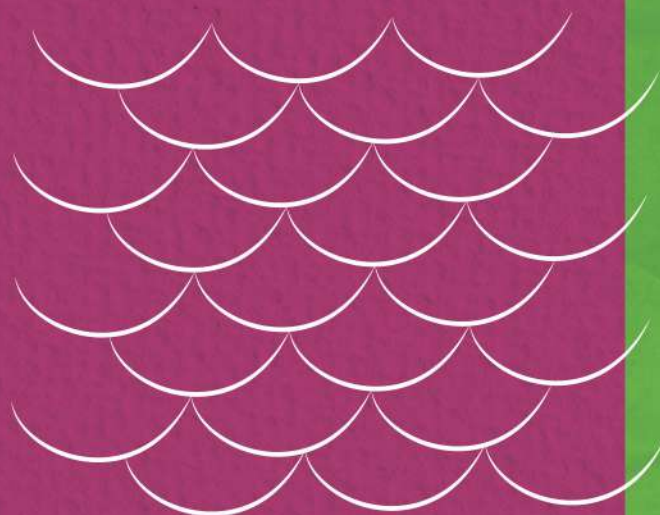
Radar Educativo Amazônico:

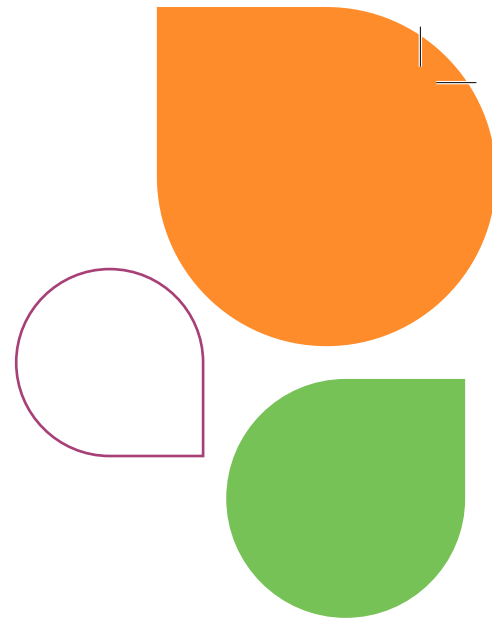
Iniciativas promissoras para
a educação de populações
tradicionais da Amazônia

Parceria:



INSTITUTO
UNIBANCO





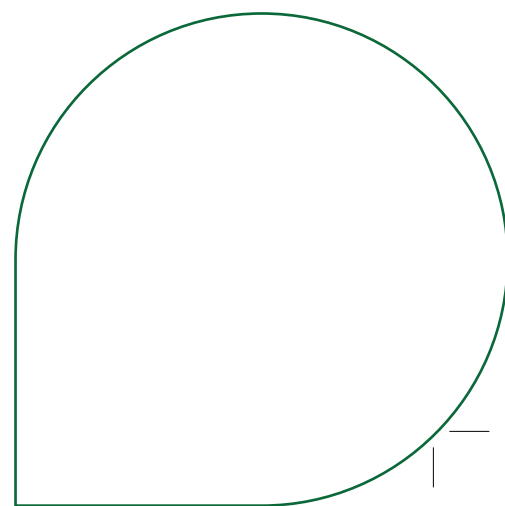
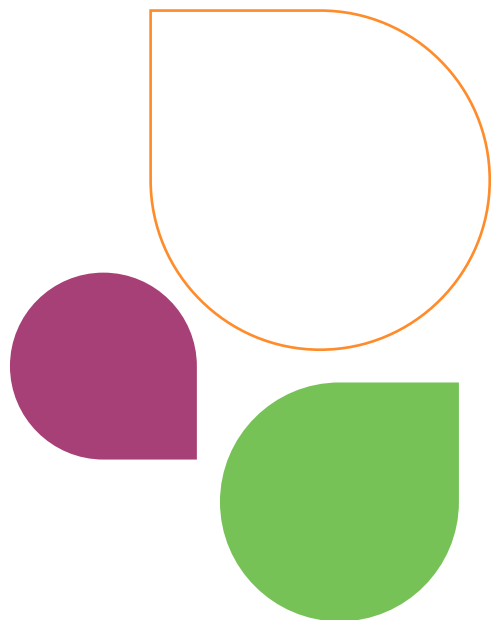
Radar Educacional Amazônico:

Iniciativas promissoras para a educação de
populações tradicionais da Amazônia

Manaus, 2022

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Parceria:



FICHA TÉCNICA

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Superintendência

Virgílio Viana - Superintendente Geral

Valcléia Solidade - Superintendente de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades

Victor Salviati - Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Institucional

Luiz Villares - Superintendente Administrativo-Financeiro

Michelle Costa - Superintendente de Gestão e Planejamento

Programa de Soluções Inovadoras

Gabriela Sampaio - Gerente de Soluções Inovadoras

Relatório desenvolvido pela Fundação Amazônia Sustentável em parceria com o Instituto Unibanco por meio do projeto “Caminhos para o futuro da educação na Amazônia profunda”

Radar Educacional Amazônico: iniciativas promissoras para a educação de populações tradicionais da Amazônia

Projeto editorial - Aquarela Educação e Cultura

Texto - Jardson Ferreira, Laise Diniz, Laura Candelaria M Lima e Nathalia Flores

Revisão técnica - Geraldo Mendes, Kátia Schweickardt, Lúcia Isabel Silva, Ricardo Henriques, Tereza Perez, Tiago Borba e Virgílio Viana

Revisão de texto - Daniela Lopes e Letícia Ávila

Projeto gráfico - Up Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Radar educacional amazônico [livro eletrônico] :
iniciativas promissoras para a educação de
populações / Fundação Amazônia Sustentável
(FAS), Instituto Unibanco (IU). -- 1. ed. --
Manaus, AM : Fundação Amazônia Sustentável,
2022.
PDF.

Bibliografia
ISBN 978-65-89242-56-7

1. Comunidade ribeirinha - Amazônia 2. Comunidade
rural - Amazônia 3. Educação - Amazônia 4. Escolas
rurais 5. Professores - Formação 6. Projeto Amazonas
Sustentável I. Fundação Amazônia Sustentável (FAS).
II. Instituto Unibanco (IU).

22-100777

CDD-370.7109811

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Amazônia rural : Professores : Formação
: Educação 370.7109811

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



SUMÁRIO

1) Introdução, propósito e metodologia	06
2) Contexto das muitas Amazônias	08
3) Cenário educacional	13
3.1 Escolas multisseriadas: o desafio de transformar a precarização em estratégia e inovação educacional	19
3.2 Outros tantos desafios	23
3.3 Conectividade e acesso à internet	27
3.4 Impactos da Covid-19	33
4) Relação entre Organizações da Sociedade Civil e Governo para uma política pública de educação de qualidade	35
5) Possíveis caminhos e soluções	40
6) Iniciativas desenvolvidas pela Fundação Amazônia Sustentável	49
7) Considerações Finais	56
8) Referências bibliográficas	57
10) Lista de figuras	62
9) Anexos	63



1. Introdução, propósito e metodologia

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e o Instituto Unibanco (IU), com o objetivo de apoiar a construção de políticas educacionais inovadoras e adaptadas à realidade amazônica, se uniram para realizar o projeto “Radar Educacional Amazônico”. O projeto visa analisar o cenário da educação pública na região, ampliando discussões acerca de seus desafios e potenciais em face das políticas públicas vigentes, mapeando experiências educacionais promissoras que possam inspirar práticas mais conectadas ao contexto e às peculiaridades da Amazônia.

Este relatório é resultado da primeira etapa do projeto e apresenta dados educacionais dos estados da Amazônia em comparativo com o cenário educacional brasileiro nos indicadores de acesso, progresso e abandono escolar, também registra algumas lições aprendidas e inspirações a partir de experiências educacionais promissoras que foram mapeadas através do Prêmio “Experiências Transformadoras em Educação Pública na Amazônia” e por indicação de membros que formam o comitê orientador do projeto. O comitê foi composto por Virgílio Viana (Fundação Amazônia Sustentável - FAS), Ricardo Henriques (Instituto Unibanco), Kátia Schweickardt (Universidade Federal do Amazonas - UFAM), Tereza Perez (Comunidade Educativa - CEDAC), Tiago Borba (Instituto Unibanco), Lucia Isabel Silva (Universidade Federal do Pará - UFPA) e Geraldo Mendes (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA).

Essa publicação também sistematizou os resultados e metodologias desenvolvidas pela FAS em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Essas iniciativas foram analisadas pela equipe técnica de consultores do projeto, com base em entrevistas e documentos disponibilizados pela FAS. Ressaltamos que esta etapa do projeto concentrou esforços no levantamento e análise de dados educacionais de populações tradicionais da Amazônia, com um recorte que contempla ribeirinhos, extrativistas e quilombolas.

Além disso, o projeto analisou os dados do censo escolar produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - Suplemento de Educação) e foram complementados por pesquisas bibliográficas.

Esse relatório se destina a diferentes atores, como gestores públicos, professores, acadêmicos, empresas e sociedade civil em geral. A intenção é apresentar aspectos da realidade educacional amazônica, chamar atenção para especificidades regionais locais e identificar iniciativas promissoras nesta temática. Acreditamos que o engajamento e conhecimento dos desafios e potenciais da região são fundamentais para promoção de possíveis mudanças e transformações no cenário atual, bem como o apoio à construção de políticas educacionais inovadoras e adaptadas às muitas Amazôniaas.



Os potenciais da região dependem de políticas públicas educacionais eficazes. Foto: Thiago Looney



2. Contexto das muitas Amazôniaas

A Amazônia é amplamente conhecida como o bioma com a maior biodiversidade do mundo, abrigando cerca de 10% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas e armazenando 15% da água doce do planeta, desenvolvendo assim papéis fundamentais na manutenção e equilíbrio natural do globo, como no ciclo hídrico global onde fornece chuvas para o resto do continente sul-americano através dos seus rios voadores.

É também lar de mais de 47 milhões de pessoas, das quais quase um milhão são pertencentes a 385 povos indígenas - com suas próprias identidades culturais, práticas de gestão territorial e idiomas - comunidades tradicionais, ribeirinhas, extrativistas e quilombolas que constroem dinâmicas singulares de integração com a natureza.

A diversidade de ambientes e culturas aponta para a importância desse território para a vida da sua população, sendo também o motivo de nos últimos anos o tema Amazônia ter ganhado tanta visibilidade nos debates nacionais e internacionais. É necessário compreender, entretanto, que dada as dimensões do território e a sua diversidade biológica, cultural e social, não podemos falar de uma única, mas de múltiplas Amazôniaas, que diferem em seus tipos de águas, fauna e flora, bem como na diversidade dos povos que a habitam e constroem distintas territorialidades. Mas ao mesmo tempo em que diferem, convivem e manejam essas muitas paisagens e, portanto, reconhecer essa diversidade é o ponto de partida para a formulação de políticas públicas.

Uma questão comum à região é a grande extensão territorial e a baixa densidade demográfica. As especificidades territoriais e sociais da Amazônia, como, por exemplo, as longas distâncias e o tempo necessário para realizar os deslocamentos exigem investimentos educacionais muito maiores do que em outras regiões do país. Soma-se a isso o fato de que em grande parte do território amazônico, o transporte é exclusivamente fluvial. As rotas entre comunidades, os centros urbanos e as áreas rurais são, em sua maioria, realizadas por barcos, o que demanda um tempo muito maior de deslocamento, mesmo em distâncias nem sempre muito longas. Neste sentido, é importante saber que a logística na região amazônica demanda

grande parcela do recurso disponível para execução de qualquer projeto.

Além disso, qualquer atividade realizada nas Amazônias deve considerar os fatores naturais e a influência que eles exercem nas dinâmicas sociais da população que mora nessa região. Os períodos de seca e cheia são completamente diferentes e alteram o cotidiano da organização na vida. O transporte entre as comunidades nas épocas de seca, por exemplo, torna-se ainda mais complexo e muitas vezes impossibilita o deslocamento.

As variações de seca e cheia têm sido mais intensas a cada ano, possivelmente relacionadas às mudanças climáticas. A tendência é de que esse fator se intensifique, afinal de contas, o território amazônico está sob pressão; e a combinação do desmatamento, a degradação dos ecossistemas, as queimadas e as mudanças climáticas geram mudanças nos regimes de precipitação e temperatura, afetando a agricultura, a indústria e iniciativas, sobretudo as tradicionais, que apostam no manejo da floresta em pé. Ademais, a contínua exclusão da população local nas decisões políticas, ameaça seu futuro, sua sobrevivência e seus territórios.

Observar, portanto, a Amazônia em sua totalidade significa não tratá-la como uma região homogênea, mas sim considerá-la como uma região de uma enorme diversidade de pessoas, culturas, identidades e de diferentes espaços geográficos. Assim, pensar em políticas públicas de educação que correspondam aos anseios dessas questões é essencial para a execução de uma política pública mais inclusiva e que garanta os direitos dessa população em especial.

As dinâmicas da região amazônica, quanto ao clima, área territorial, densidade demográfica e população são aspectos que devem servir de base para elaboração de políticas públicas, que estejam ao alcance do conjunto de características apresentadas pela região, como as questões espirituais, materiais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrangem, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições, crenças, festas e o conhecimento local.

A mudança conceitual necessária para o desenvolvimento local implica, portanto, revestir o conceito em um processo de transformação econômica, social, cultural e política das pessoas, de forma individual e coletiva. Apoiando-se na valorização dos indivíduos em toda sua plenitude, resultando assim na

melhoria de vida da comunidade local, de forma a promover transformações que contemplem esses indivíduos de maneira participativa e sustentável.



As dinâmicas da região Amazônica são aspectos importantes para a elaboração de políticas públicas.

Foto: Dirce Quintino

Para proteger essas muitas Amazôniaas e mantê-las como um sistema de suporte de vida e cultura global, regional e local, é imprescindível a compreensão das características desse espaço, o respeito às suas populações e o reconhecimento e valorização da floresta enquanto fator determinante para a vida não só das comunidades que ali vivem, mas da população brasileira como um todo.

Os fatores amazônicos se relacionam principalmente com uma questão de política de defesa nacional, considerando aspectos como a biodiversidade local, o solo e subsolo, o potencial energético, o equilíbrio climático e a fonte imprescindível de água potável, que formam um completo potencial econômico de difícil proteção. Essa lógica precisa ser repensada para que haja não só a defesa desse espaço, mas a valorização das suas inúmeras riquezas. Para isso, faz-se necessário rever quais políticas e ações podem e devem ser implementadas, considerando a realidade, as necessidades e demandas da sua população.

Portanto, qualquer ação que tenha como objetivo intervir e/ou transformar de forma qualitativa esses espaços e a vida dessas pessoas, deve partir de um diagnóstico que responda a essas particularidades, através de dados confiáveis e análise destes a partir de olhar técnico e sistemático, pois é praticamente improvável uma intervenção qualificada e eficaz, sem prévio conhecimento da realidade a ser enfrentada.

A realidade educacional amazônica é desconhecida para muitos brasileiros, principalmente a educação nas áreas mais remotas, o que compromete políticas e programas públicos adequados às diversidades da região. Por isso, é necessária uma ação integrada entre os diversos setores da sociedade civil que lidam com essa temática.

Garantir o acesso a um ensino de qualidade e conectado à realidade local é fundamental para ampliar as oportunidades das pessoas mais vulneráveis e proporcionar que todos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para o desenvolvimento sustentável. Ao se pensar numa política de educação de qualidade para o território da Amazônia Legal é imprescindível que haja compreensão de suas particularidades e principalmente que faça valor a essas questões, e assim, implementar uma política pública de educação que responda às necessidades da população, tendo como base um diagnóstico que considere toda sua complexidade.

O sucesso no enfrentamento dos desafios do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Amazônia depende diretamente de uma profunda melhoria na educação pública, desde a primeira infância até a educação de nível superior. Para alcançar tais objetivos, é preciso alavancar a educação pública, com propostas e metodologias educativas inovadoras, abrangentes, sustentáveis, que valorizem a cultura, o conhecimento tradicional e os modos de vida dos estudantes, promovendo assim a capacitação e o empoderamento dos indivíduos e o desenvolvimento dos territórios amazônicos.

Conhecer as muitas e múltiplas Amazônias não é uma tarefa fácil, pois suas raízes estão fincadas numa história de muitas páginas, de uma leitura complexa que leva a muitos lugares, pessoas, lendas, sabores e sons. Portanto, ao tornar-se apto a fazer parte dela e reproduzi-la no seu cotidiano, é preciso que se entenda suas nuances, como navegar nos banzeiros dos seus rios.



3. Cenário educacional

A verdade é que a escola, como instituição, não pode verdadeiramente ser transplantada. Tem de ser recriada em cada cultura, mesmo quando essa cultura seja politicamente o prolongamento de uma cultura matriz (ANÍSIO TEIXEIRA, 1962).

Implementar uma política pública de qualidade na educação escolar na Amazônia tem como primeiro desafio reconhecer a existência das diversidades geográficas, históricas, étnicas e culturais da região, incluindo a diversidade das comunidades tradicionais que são o foco deste relatório e incluem: ribeirinhos, seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, geraizeiros, retireiros do Araguaia, raizeiras, andirobeiras, indígenas, quilombolas e pescadores (CNPTC, 2014, p. 07). São sujeitos que estabelecem relações humanas com a natureza, com o sagrado e com o trabalho, que historicamente enfrentam situações de luta para a garantia dos seus direitos de cidadãos, em especial o direito ao acesso à educação escolar, do qual persiste o desafio de garantir a universalização da educação básica e romper com a histórica negação dos direitos fundamentais à população amazônica.

Para entender o real desafio da política educacional, é primordial ter como ponto de partida as marcas históricas do modelo econômico posto em ação na região, que, fincadas no falso dilema entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, estimularam atividades econômicas, tais como pecuária, exploração madeireira, mineração, garimpagem e o plantio em grande escalas, ignorando e destruindo a maior riqueza existente na Amazônia, que é a sua biodiversidade.

Esta política de exploração impõe uma realidade dura às populações tradicionais. O projeto “Cartografia das violências na região Amazônica” e o estudo desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹ (FBSP), apontam dados alarmantes, indicando uma acentuada interiorização da violência. Em 2020, a taxa de violência letal no Brasil foi de 23,9 mortes violentas intencionais a cada 100 mil habitantes, enquanto nos estados da região amazônica, a taxa registrada foi maior que a média brasileira,

¹Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br>> Acesso em: 8 fev. 2022.

representando 29,6, sendo que alguns estados apresentaram taxas ainda mais preocupantes, como Amapá (41,7), Acre (32,9) e Pará (32,5). Esses dados evidenciam a importância de políticas públicas para solucionar os conflitos agrários e crimes ambientais, pois as taxas de homicídios superiores nos municípios amazônicos estão relacionadas à pressão do desmatamento. Como aponta o relatório MapBiomas de 2020², o aumento do desmatamento na região resultou na perda de 24 árvores por segundo no ano de 2020, sendo que 99,4% das áreas desmatadas são de ações ilegais.

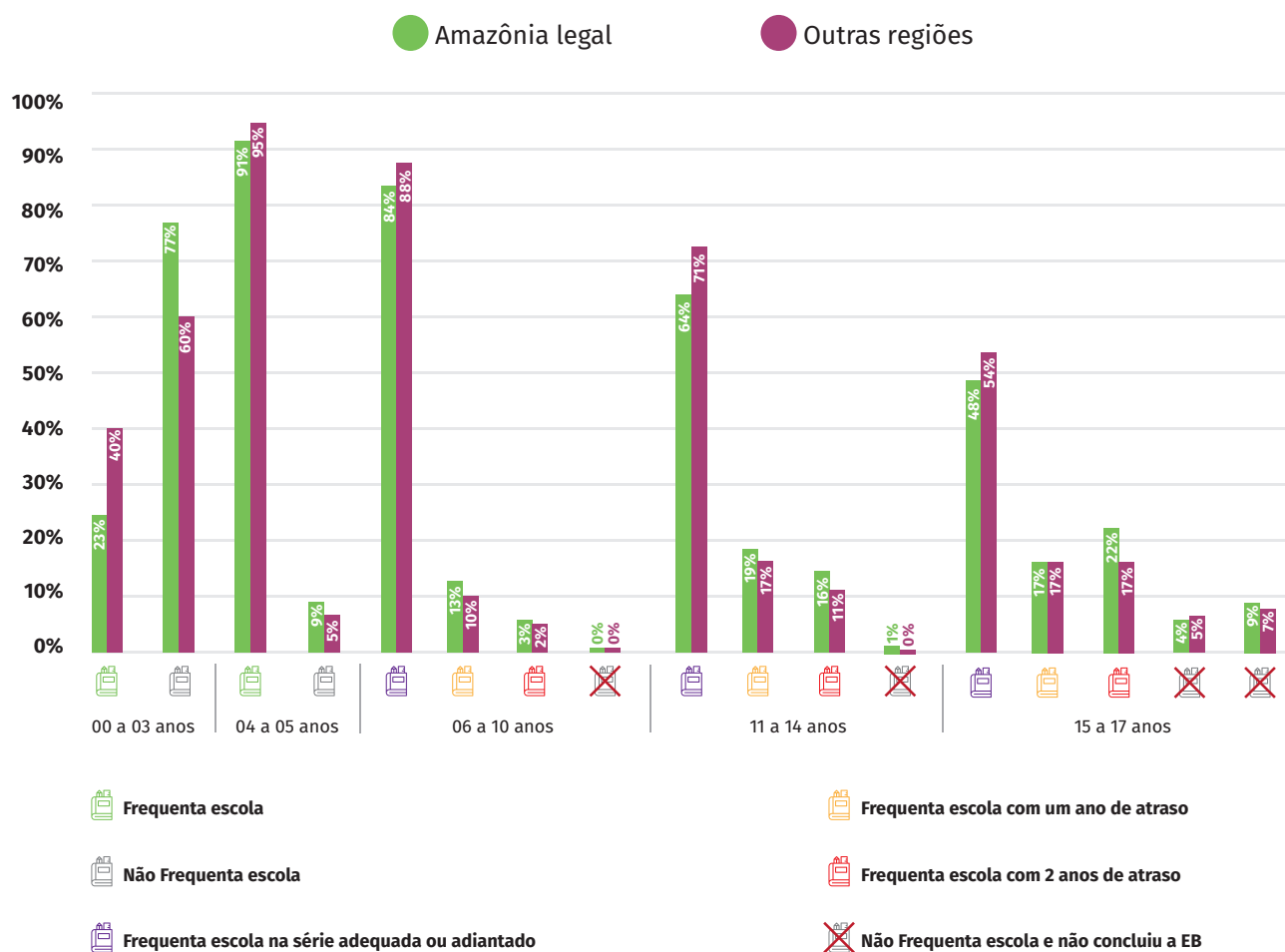
Tendo como princípio de que a floresta de pé, com a sua biodiversidade e suas populações, é o grande patrimônio amazônico e nacional, e entendendo que a educação e os direitos humanos estão conectados - sendo a educação uma ferramenta de produção de conhecimentos e auxílio na formação de potencialidades que efetivam a cidadania plena - , fica evidente que as políticas públicas educacionais são essenciais para a promoção da cidadania e implementação de uma sociedade mais democrática e para a conservação e desenvolvimento sustentável da região.

Entretanto, os desafios são muitos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD³) de 2019, apresenta os dados relacionados aos índices de acesso e qualidade de educação e apontam que, na região amazônica, a população escolar vive com o atraso desde os anos iniciais do ensino fundamental, sendo que o atraso de 1 a 2 anos aumenta conforme a faixa etária, e certamente resulta na evasão escolar.

²Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2020/RAD2020_MapBiomasAlerta_FINAL.pdf>
Acesso em: 8 fev. 2022.

³Pesquisa que produz indicadores trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazo, sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes, incluindo o tema educação.

Figura 1: Panorama geral da educação básica na Amazônia Legal e nas outras regiões. Dados de acesso, progresso e abandono – PNAD Contínua, 2019.



Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019.

O Plano Nacional de Educação (PNE), na Meta 3, estipula “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%”. Para o cumprimento desta meta, persiste o desafio de conseguir nivelar a idade dos alunos de acordo com a série. Apesar de contabilizar 87% da população de 15 a 17 anos frequentando a escola, temos que considerar que apenas 48% frequentam com a idade adequada, 17% têm um ano de atraso e 22% têm dois anos de atraso escolar.

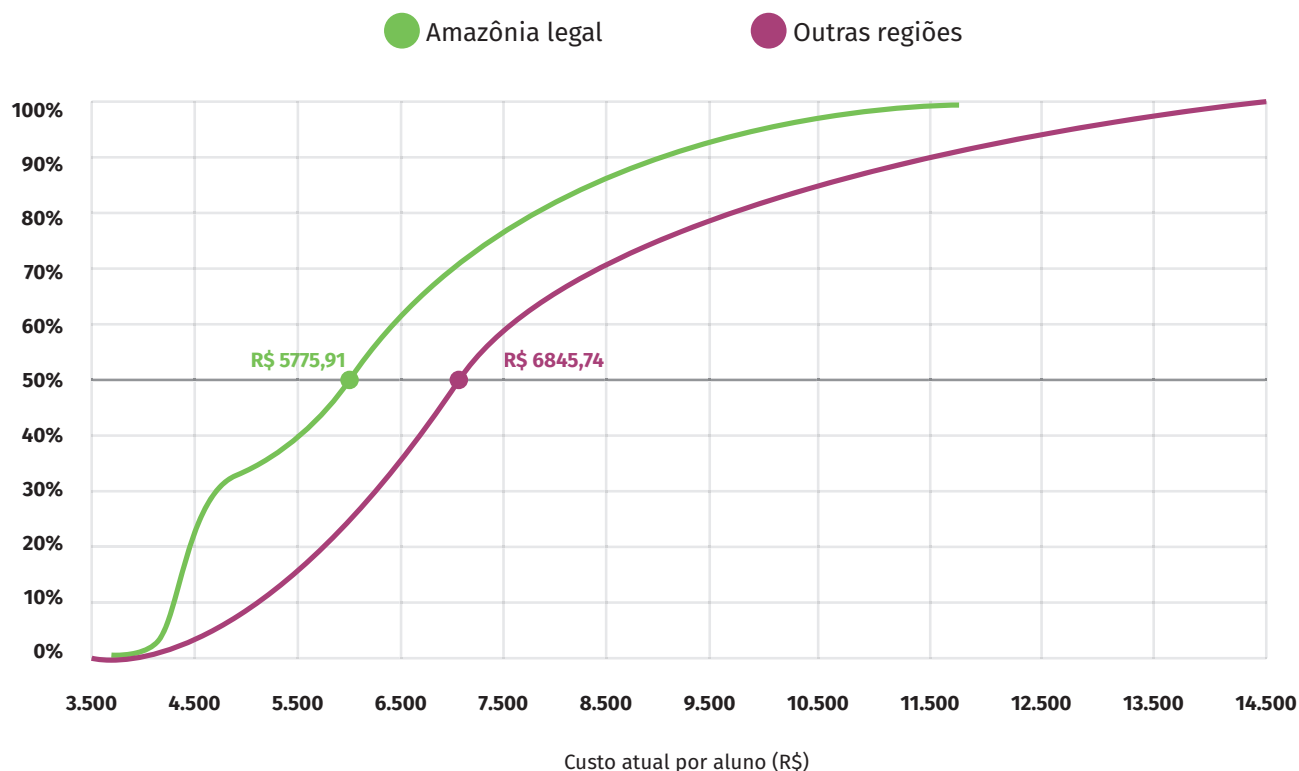
Quanto à população que está fora da escola e não concluiu a educação básica, os dados mostram que a maioria da população rural da região amazônica tem entre 15 a 17 anos. Os dados mostram uma diferença entre os percentuais nas áreas urbanas e rurais. Na área rural, 13% da população na faixa etária de 15 a 17 anos está fora da escola e na área urbana 8%. Na faixa etária de 18 a 19 anos, o percentual é de 32% na área rural e de 20% na

área urbana. Na faixa de 20 a 21 e 22 a 24 anos, o percentual na área rural ficou em 46% e 50% respectivamente e na área urbana, ficou em 24% e 27% (PNAD Contínua 2019).

É importante destacar que os recursos para o investimento educacional por aluno na educação básica são menores nos estados amazônicos, quando comparados às outras regiões do país. Assim, cabe ao Estado garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino e de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Cabe à União calcular o custo mínimo por aluno, capaz de assegurar o ensino de qualidade, considerando as variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino (Lei 9.394/96).

De acordo com os dados obtidos no Sistema de Informações sobre o Orçamentos Públicos em Educação (Siope), no ano de 2019, o valor médio do investimento-aluno na região da Amazônia Legal foi de R\$ 5.776,00, enquanto a média das demais regiões do país é de R\$ 6.844,00. Considerando que os custos de logística e infraestrutura são maiores na Amazônia do que no restante do Brasil, fica ainda mais evidente o baixo nível de investimento em educação nesta região.

Figura 2: Distribuição dos municípios da Amazônia Legal segundo o investimento educacional por aluno da educação básica – FNDE/Siope, 2019.



Fonte: FNDE/Siope, 2019.

É muito importante a definição do custo-aluno para o desenvolvimento de uma política de financiamento que alcance os estados e municípios. O movimento da “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” propõe o cálculo do Custo-Aluno-Qualidade (CAQ), que leva em consideração as etapas e modalidades da educação básica que assegura condições de infraestrutura, a valorização dos profissionais da educação, além de política de acesso, permanência e gestão democrática.

As normativas definem que na construção dos processos educacionais devem ser formuladas a partir dos sujeitos, dos contextos sociais e ambientais, dos valores e culturas, do modo de organização da vida e do tempo das pessoas. Entretanto, na Amazônia, o desafio de fazer valer o direito à educação de qualidade, tem como preceito que, para os povos das florestas, das águas e do campo, que vivem na Amazônia brasileira, os conceitos de qualidade de ensino estão imbricados nos seus modos de viver e existir, e por conseguinte, a escola tem que ser múltipla e diversa (HAGE, 2005).

Para tanto, é necessário o desenvolvimento de estratégias específicas, que lidem com a superação dos desafios logísticos e atendam a diversidade de povos existentes na Amazônia, com estratégias que apontem caminhos para universalização da educação básica, definindo o tipo de financiamento necessário para assegurar o acesso e permanência dos estudantes.

Nas áreas rurais da Amazônia, é comum a adoção de escolas multisseriadas, que é uma estratégia mais favorável à realidade local, considerando o baixo número de estudantes, as grandes distâncias entre as escolas e as variações do nível dos rios.

Mediante esses fatores, entendemos então que a Amazônia carece não somente de recursos, mas de ações coletivas e outros elementos que estejam alinhados com o objetivo de promover e favorecer uma educação de qualidade. Uma educação na qual possa abranger as ricas características desse bioma que é conhecido mundialmente pela sua biodiversidade.

As ações coletivas, em um contexto geral, fazem-se necessárias já que é por meio desses movimentos sociais que há uma inserção direta da sociedade em busca de melhorias, de visibilidade, de questões democráticas e de direitos que por vezes, se atrelam aos problemas ignorados pelas autoridades governamentais.

Esses movimentos podem acontecer de diversas formas e podem surgir com o intuito de a população se manifestar por conquistas mais pontuais e específicas, relacionadas por exemplo, às necessidades da região em que vivem, ou por manifestações a longo prazo, que se organizam de forma estrutural em prol de algo vivenciado em um contexto global.

Na Amazônia mais especificamente, os movimentos sociais também são importantes e nesse contexto, podemos mencionar por exemplo, movimentos ecológicos, que são pensados a fim de promover não somente a conscientização da população a respeito dos recursos naturais e sua escassez mediante as ações do homem, como também pela luta de implementação de medidas mais rígidas e políticas públicas para a conservação e proteção do meio ambiente.

Os movimentos sociais para a educação também devem ganhar espaço e ênfase na discussão do contexto amazônico. Isto se justifica porque essas ações acabam sendo uma luta pelos direitos da escola como um todo, sejam elas de áreas urbanas ou rurais, que em sua grande maioria, necessitam de elementos para o seu desenvolvimento.

Por fim, destacamos que a luta dos movimentos sociais para educação é voltada a melhores salários para professores, gestores e outros colaboradores que são essenciais para o desenvolvimento do ensino, de estruturas mais adequadas para a realização aulas presenciais, pela garantia da merenda escolar, por recursos para implementação de outras mídias tecnológicas que possam potencializar os processos de ensino e aprendizagem.



Escolas multisseriadas precisam atender à diversidade da aprendizagem coletiva. Foto: Dirce Quintino



3.1 Escolas multisseriadas: o desafio de transformar a precarização em estratégia e inovação educacional

De acordo com o INEP, classes multisseriadas são aquelas que “[...] têm alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independentemente do número de professores responsáveis pela classe” (INEP, 2007, p. 25)⁴. Essa forma de ensino é uma realidade presente em muitas escolas amazônicas. Trata-se de uma opção viável para atender a uma população historicamente excluída da escola, principalmente na área rural, pois geralmente corresponde a um espaço que dispõe de um único professor para trabalhar com turmas heterogêneas de estudantes, com idade, ano de escolaridade e nível de conhecimento distintos (PARENTE, 2014; HAGE, 2008; ARROYO, 2010).

É certo afirmar que o sistema multisseriado possibilita a universalização da educação, entretanto, a qualidade de ensino oferecida neste sistema é questionável. O desafio é grande para os alunos, que não recebem a atenção necessária para aprender, mas é também um grande desafio para os professores. Esses últimos muitas vezes não recebem formações continuadas que forneçam ferramentas metodológicas que auxiliem em como lidar com a diversidade de faixas etárias e, portanto, diferentes estágios de desenvolvimento dos alunos dentro da mesma sala de aula. São espaços escolares marcados pela heterogeneidade, pois reúnem diferentes grupos de estudantes, com interesses, saberes, idades e gêneros distintos. O que destoa da visão homogeneizadora, como o espaço da escola mais eficaz de aprendizagem, a rigidez do tempo escolar e a fragmentação dos conteúdos em séries anuais, apoiada em avaliação de provas e testes para o êxito escolar, o que para muitos estudiosos é apontado como um dos principais fatores dos altos índices de fracasso escolar (ARROYO, 2010).

O problema não está nos diferentes momentos de aprendizagem, de domínio da leitura, da escrita ou das operações matemáticas, mas sim na insistência da seriação que acontece dentro destas turmas, onde a própria diversidade poderia ser um aspecto desencadeador das múltiplas aprendizagens coletivas, do aprender a respeitar diferentes ritmos e tempos de aprender, de compreender que os saberes podem ser complementares, de lembrar que

⁴Disponível em; <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/38032/27702>> Acesso em: 8 fev. 2022.

na vida é assim que acontece. Bem diferente do que é imposto na maioria das escolas: um padrão único de seriação, de conteúdos, de avaliações.

A experiência de educação multisseriada existe em diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Finlândia, Suécia, Irlanda, Noruega, País de Gales, Chile, Peru, Colômbia, Guatemala, Uganda e África do Sul são alguns desses países. Apesar de suas especificidades, esses países não consideram o multisseriado como algo negativo, mas compreendem a necessidade de formações específicas para os professores que trabalham nesse modelo, além de muitos considerarem um currículo específico para área rural e área urbana. As experiências desses países demonstram que há uma potencialidade embutida na relação entre alunos de idades diferentes, afirmando que isso pode ser benéfico para o aprendizado dos mesmos (PARENTE, 2014).

A estratégia de escolas multisseriadas pode ser uma iniciativa para alcançar a qualidade do ensino e da aprendizagem, através da construção de uma proposta de educação para o território amazônico que potencialize os conhecimentos de suas populações, com currículos e práticas pedagógicas apoiadas em suas concepções socioculturais. O desafio existente é promover um sistema de educação para lidar com a promoção de uma educação específica aos povos, considerando a realidade logística da região e a diversidade dos povos.

Entretanto, para garantir o reconhecimento das escolas multisseriadas é de suma importância haver registro específico no Censo Escolar desta metodologia. Apesar de ser possível identificar com o cruzamento de informações, identificando as escolas localizadas na área rural que ofertam os anos iniciais do ensino fundamental com apenas um docente, o que consequentemente, significa que este professor é responsável pela docência do 1º ao 5º ano do ensino em funcionamento. Assim garantir o registro das escolas multisseriadas resultaria garantiria num olhar atento às disfunções e a definição de políticas e ações prioritárias para a melhoria das condições de efetividade dos direitos educacionais.

Há registro de um quantitativo significativo de práticas de professores (ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, indígenas, extrativistas...), em escolas multisseriadas, que mostram que boas práticas, permitem um desenvolvimento integral escolar de estudantes, fundadas nos saberes

tradicionais e tornam significativos os conhecimentos escolares na vida dos estudantes.

No desenvolvimento do fazer pedagógico existem aspectos, dificuldades e enfrentamentos inerentes a qualquer escola, localizada em área urbana ou área rural, seja seriada ou multisseriada. Para este enfrentamento, o professor precisa estar preparado para lidar com essas dificuldades. Para tanto, deve ser oferecida aos seus docentes formação específica para atuarem neste formato e assim garantir que a oferta dos primeiros anos da escolarização aconteça na sua própria comunidade, com a possibilidade de um fazer pedagógico fundado na construção do pertencimento à sua realidade e cultura.

A formação de professores, quando articula os saberes socioculturais da região com os conhecimentos escolares, viabiliza a promoção de educação da valorização da identidade e da diversidade, fortalece a participação coletiva na escola, na construção do projeto pedagógico e do currículo, tal como, no acompanhamento das estratégias metodológicas e avaliativas. Os processos formativos dos educadores, alicerçados na diversidade e complexidades existentes nos territórios amazônicos, reconhecem que a educação e a escolarização são práticas sociais de dimensões sócio-históricas, para que assim possamos promover a reinvenção da multisseriação a partir de um fazer pedagógico que afirme as identidades dos povos das águas e múltiplas florestas da Amazônia (HAGE; SILVA; COSTA, 2020, p. 139).

Para tanto, o fazer pedagógico tem que ser fundamentado na interculturalidade, que associa os processos de ensino e de aprendizagem, articulando pesquisa, conhecimentos e práticas pedagógicas que pensem nas relações comunitárias e solidárias entre indivíduos, como também, no fortalecimento cultural, na valorização dos saberes tradicionais e no acesso a novos conhecimentos. Consolidar essa educação escolar propriamente amazônica, em que pesem as diversidades de povos e ambientes, promove o entrecruzamento de saberes, dos tempos em que se realiza a educação escolar e a organização do ensino, reconhecendo os modos de vida, respeitando os calendários comunitários (atividades produtivas e celebrações), as identidades e os saberes da população amazônica.

É nos saberes que se entrecruzam os olhares atentos às múltiplas Amazônias e à diversidade sociocultural. É aí que são desenvolvidas experiências

educacionais inovadoras e exitosas, que consideram diferentes tempos e processos de aprendizagem coordenados por todos os agentes envolvidos com a escola. O envolvimento dos sujeitos que vivem e trabalham no ensino é a base de toda a produção de conhecimento. As reflexões coletivas apontam para a compreensão da realidade e possibilidades de intervenção qualificada, que oportunizam articular os projetos escolares aos projetos de vida das comunidades/territórios (HAGE; SILVA; FARIAS, 2016).

É através de projetos educacionais vinculados às múltiplas Amazôniaas que se tem a expectativa de rompimento dos processos migratórios da juventude do campo da região, que migra às cidades em busca de oportunidades educacionais e melhores perspectivas de vida. Vale ressaltar que apesar de não ser capaz de frear totalmente a migração, a educação cria novos patamares na percepção sobre a qualidade de vida dentro das comunidades. A oferta de ensino precisa ser uma realidade nas áreas remotas da Amazônia e a escola precisa ser atraente, com metodologias de ensino conectadas à realidade local, que motivem os jovens a quererem estudar e a quererem cuidar do lugar onde vivem.



A educação básica é direito das crianças e adolescentes na Amazônia e em todas as regiões.

Foto: Samara Souza

3.2 Outros tantos desafios

A não oferta de todos os níveis de ensino da educação básica nos territórios amazônicos tem como consequência o não cumprimento do direito de adolescentes e jovens de concluírem o ensino escolar sem interrupção e em seus territórios. É nesse contexto de exclusão que estão presentes os maiores índices de distorção idade-série e de abandono escolar, registrados em todos os níveis de ensino.

São dilemas vivenciados por jovens dos povos das florestas, das águas e do campo. Seus projetos de vida são atravessados pela dúvida entre a manutenção dos laços e vínculos construídos nas suas famílias e comunidades e a busca pela escolarização, a profissionalização e a desejada melhoria nas condições de vida. Escolher entre ficar ou sair das florestas e do campo para os jovens não é simplesmente uma questão de escolha ou um projeto de vida, mas uma imposição para obter o acesso aos direitos básicos, tal como a continuação dos estudos (MENDES, 2020, p. 151).

Entre esses desafios, atualmente, o acesso às tecnologias passou a ser uma demanda urgente de populações das múltiplas Amazônia, desde as localidades mais longínquas às mais próximas dos grandes centros urbanos dos estados que compõem a Amazônia brasileira. É hoje, um direito imprescindível para o exercício pleno da cidadania e, o contrário, o não acesso às tecnologias promove as exclusões social e digital, expropriando o direito à informação e ao conhecimento dos estudantes.

O estudo desenvolvido pelo INEP: “Brasil no PISA 2015 – Análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros”⁵ aponta que o Brasil tem a segunda pior conectividade nas escolas entre os países que participam do levantamento, constatando que apenas 28,3% dos estudantes brasileiros afirmaram ter acesso a computadores com internet nas escolas, sendo que a média de conexão dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ficou em 55,9%.

⁵Disponível em: <https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf> Acesso em 9 fev. 2022.

⁶Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/SWHzonCQokunCJnPsNWOCnO5j704Pn90KG0MFYzE.pdf>> Acesso em 9 fev. 2022.

A Pesquisa “Educação não presencial”⁶, realizada pelo Datafolha, a pedido do Itaú Social, Fundação Lemann e Imaginable Futures, em maio de 2020, mostra que os desafios para garantir equidade na rede pública de ensino do país são muitos. De acordo com o estudo, a região Norte teve o menor índice quanto a manutenção de atendimento escolar aos estudantes, alcançando 52% dos estudantes, seguido pelo Nordeste que atendeu a 61% dos estudantes. As duas regiões contrastam com a realidade das regiões do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que alcançaram respectivamente 85%, 94% e 80% dos estudantes de suas redes escolares. Evidenciou também que a maioria das redes públicas de ensino desenvolve atividades não presenciais com envio de atividades para os estudantes.

O estudo “Infraestrutura Escolar e Aprendizagens da Educação Básica Latino-Americana”, desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2011, aponta que o ambiente escolar influi diretamente no desempenho escolar dos estudantes. E de acordo com o INEP, somente 24% das escolas da região amazônica possuem biblioteca, 6% laboratório de ciências e 20% laboratório de informática. Persiste o desafio, pois os melhores desempenhos escolares estão com os estudantes das escolas que possuem espaços de apoio ao ensino, como biblioteca, laboratórios de ciências, salas de computadores, acesso à internet, além da infraestrutura básica, como água potável, energia elétrica e rede de esgoto. A situação da educação em comunidades de populações tradicionais é ainda mais crítica. De acordo com o levantamento “Recortes e Cenários Educacionais em Localidades Ribeirinhas do Amazonas”, feito pela Fundação Amazônia Sustentável em parceria com a UNICEF mostrou que 45% das escolas possuem apenas uma sala de aula, 70% não possuem banheiro dentro da unidade escolar e 99% não possuem tratamento de esgoto adequado.

Para superar os desafios de equidade, qualidade e contemporaneidade da educação escolar na Amazônia, é necessário considerar a dimensão da região, já que as distâncias são um desafio existente para o alcance da universalização da educação básica na região. Para tanto, é preciso realizar um diagnóstico específico e detalhado, que aponte, entre outras questões, quais são os desafios para alcançar as populações, respeitando seus modos de vida, identificando estratégias e inovações que garantam a educação escolar à população amazônica, onde vivem conectadas as escolas do século XXI. É preciso assumir o compromisso com a diversidade, sem homogeneizá-la, promover a educação básica aos povos tradicionais, conforme determinado

pela legislação da educação escolar brasileira, e que, ao mesmo tempo, diminui a dívida histórica do país com os povos tradicionais.

Números do Censo Escolar 2019 dos estados da Amazônia brasileira

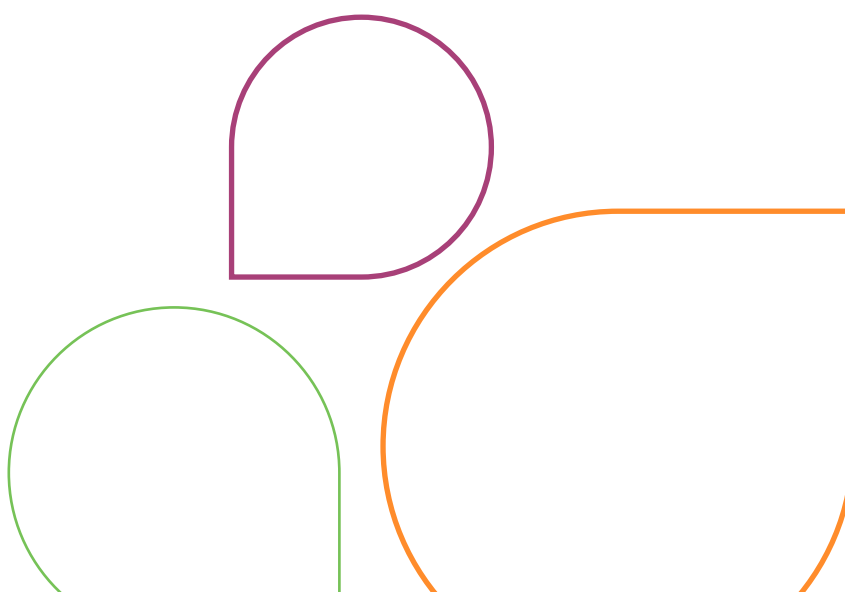
- 36.438 escolas, que atendem a 7.630.075 estudantes, com o total de 407.525 professores, considerando todo o sistema de educação público e privado, rural e urbano;
- 63% das escolas ofertam o ensino infantil, 76% ofertam os anos iniciais e 40% os anos finais do ensino fundamental; 12% ofertam o ensino médio e 19% ofertam a educação de jovens e adultos;
- Área rural: 21.919 escolas, sendo que destas, 44% ofertam a educação infantil, 54% os anos iniciais do ensino fundamental, 25% os anos finais do ensino fundamental; 4% ofertam o ensino médio, 10% a educação de jovens e adultos;
- Área urbana: 14.519 escolas, sendo que 19% delas ofertam a educação infantil, 22% os anos iniciais e 15% os anos finais do ensino fundamental, 8% ofertam o ensino médio e, também, 8% ofertam a EJA;
- 407.525 professores atuam na região amazônica, sendo que 124.548 na área rural e 282.977 na área urbana. 66% dos professores têm ensino superior na área rural e na área urbana 90%;
- 7.630.075 estudantes matriculados nas redes de ensino nos estados e municípios da Amazônia brasileira, sendo que destes, 1.208.542 na educação infantil, 4.579.896 no ensino fundamental (2.557.689 de matrículas nos anos iniciais e 2.022.207 nos anos finais) e 1.209.773 no ensino médio;
- A maioria das escolas está localizada em áreas rurais (60%), e atende ao montante de 1.868.644 estudantes, que corresponde a 24% dos estudantes da região; as escolas localizadas em áreas urbanas atendem o total de 5.761.431 estudantes, o equivalente a 76% do total de estudantes matriculados.

Fechamento de escolas do campo na Amazônia

No período de 2000 a 2018, foram fechadas 134.535 escolas no Brasil, sendo 93.146 rurais e 41.389 urbanas, conforme dados amplamente divulgados no “III Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas do Campo do Pará”, realizado em 2020 pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e os Fóruns Regionais de Educação, em parceria com a Universidade do Pará (UFPA) e a Promotoria de Justiça (III Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas no Campo, 2020).

Na Amazônia foram fechadas 15.708 escolas, o que equivale a 46% da rede de ensino. O estado do Maranhão foi o que teve maior número de escolas fechadas - 4.847 (41%), mas em termos percentuais, foi o estado de Rondônia que registrou o maior índice, com 79% das escolas fechadas, seguido pelo Tocantins (77%); Mato Grosso (60%); Roraima (59%); Acre (44%); Pará (41%); Amazonas (39%) e Amapá (19%) (INEP, 2018).

Estudos apontam que o fechamento das escolas provoca a mobilidade da população para as comunidades maiores ou centros urbanos e está atrelado ao aumento do Programa de Transporte Escolar, criado com o intuito de garantir o acesso à educação. Porém, dadas as dimensões da Amazônia, o transporte - muitas vezes realizado nos rios - coloca em risco crianças e jovens, devido a má condição dos transportes e quando é feito pelas estradas, com circunstâncias precárias. E, principalmente, há um desgaste físico e emocional imposto aos estudantes que necessitam percorrer trajetos longos e acrescidos dos muitos preconceitos existentes a estes no contexto das escolas urbanas (SOUZA & BEZERRA NETO, 2016).



3.3 Conectividade e acesso à internet

A conectividade pela internet é um fator especialmente relevante para as comunidades de populações tradicionais da Amazônia. Considerando que no Brasil há uma defasagem educacional histórica, em que a educação escolar não é uma política pública que alcança a toda população, afetando principalmente as famílias brasileiras que vivem em regiões distantes de centros urbanos e os mais vulneráveis. Tal cenário se acentuou na pandemia, e as desigualdades educacionais foram evidenciadas, tendo como um importante marcador a falta de acesso à tecnologia às famílias brasileiras.

Um ponto relevante para o Conselho Nacional de Educação (CNE), que no seu Parecer em 11/2020, definiu diretrizes para reabertura das escolas na pandemia, apontando como prioridades: o acolhimento dos estudantes e cuidados com os aspectos socioemocionais, monitoramento das condições de acesso às atividades escolares não presenciais, planejamento organizacional adaptativo, organização dos espaços físicos para professores e funcionários, medidas de proteção à comunidade e a flexibilização curricular.

O Parecer indica que, para o retorno das aulas presenciais, os governos devem considerar os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que equivalem a 31 bilhões de reais para “garantir internet de alta velocidade a todas as escolas públicas e acesso gratuito à internet pelos alunos mais vulneráveis.” (CNE, 2020, p. 7). O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações tem por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuída ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, sendo que as principais receitas são decorrentes de 1% sobre a receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes públicos e privado.

No ano de 2020, em meio a pandemia, o governo federal lançou a Política de Inovação Educação Conectada, visando universalizar o acesso à internet de boa qualidade nas escolas públicas, a formação de professores do uso de tecnologia na prática pedagógica e de conteúdos educacionais digitais. De acordo com o site do programa, no estado do Acre aderiram ao programa 464 escolas; no Amazonas 1.315; no Amapá 180; no Maranhão 3.046; no Mato Grosso 1.340; no Pará 2.915; em Rondônia 635 escolas; em Roraima 210, no

estado do Tocantins foram 933 escolas. O que significa que 35% da rede pública de ensino dos estados da Amazônia brasileira aderiu ao programa, persistindo o desafio de garantir a universalização do acesso à internet na região.

Considerando que os critérios de elegibilidade da política, são escolas que possuem cobertura de serviço de conexão de internet banda larga ou via satélite, rede elétrica e unidade executora de recursos, os dados do Censo Escolar Inep 2019 indicam que os desafios para garantir a universalização do acesso a internet, passam necessariamente por garantir a instalação de equipamentos de acesso à internet. Apenas 48% das escolas possuem internet, sendo que no Acre foram 34% das escolas, no Amazonas 36%, no Amapá 50%, no Maranhão 38%, no Mato Grosso 93%, em Rondônia 83%, em Roraima 45% e no Tocantins 85% das escolas. A situação da educação em comunidades de populações tradicionais é ainda mais crítica. De acordo com o levantamento “Recortes e Cenários Educacionais em Localidades Ribeirinhas do Amazonas”, 24% das escolas do interior do Amazonas não possuem abastecimento de energia elétrica e 42% das escolas são abastecidas com gerador, que depende de combustível para funcionar.

35%

Escolas da rede pública de ensino dos estados da Amazônia brasileira aderiu ao programa, persistindo o desafio de garantir a universalização do acesso à internet na região.

48%

Escolas que possuem internet

Escolas que possuem internet em cada região

34%

Acre

36%

Amazonas

50%

Amapá

38%

Maranhão

93%

Mato Grosso

46%

Pará

83%

Rondônia

45%

Roraima

85%

Tocantins

24%

das escolas do interior do Amazonas não possuem abastecimento de energia elétrica

42%

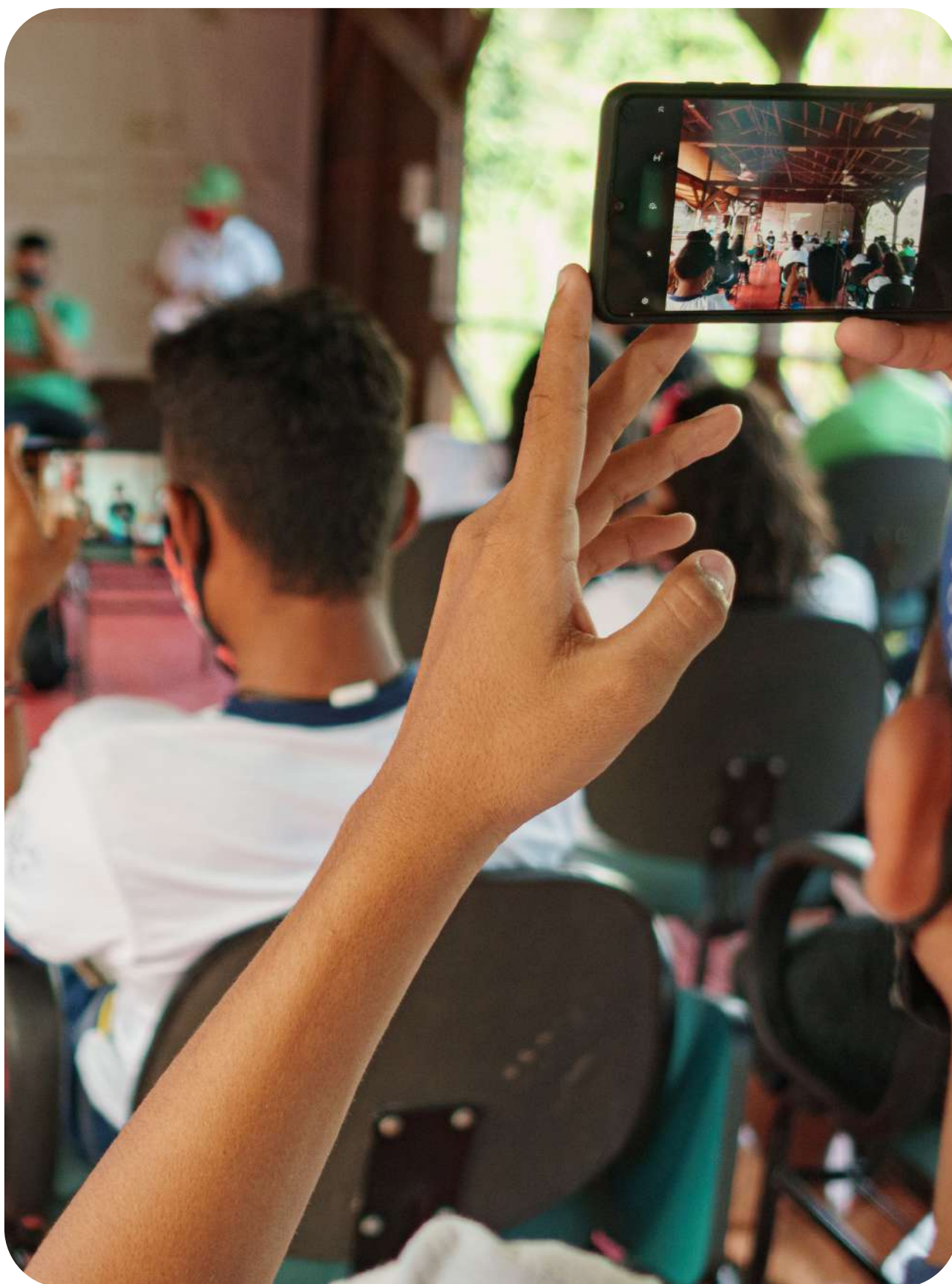
das escolas são abastecidas com gerador, que depende de combustível para funcionar.

Entretanto, cabe destacar a existência de outros programas que visam garantir o acesso à internet da população brasileira, com prioridade às regiões do país que não têm acesso de qualidade e banda larga, característica de muitas localidades da Amazônia brasileira. Desde 2008, foi implantado o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)⁷, que prevê o atendimento de todas as escolas públicas urbanas de nível fundamental e médio, participantes dos programas E-Tec Brasil, ou seja, destinado à educação profissional e tecnológica na modalidade da educação à distância. Esses programas são desenvolvidos com o acompanhamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), incorporada ao Pronatec, visando ampliar e democratizar a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no país. De acordo com MEC, o acesso para escolas públicas urbanas é automático e ocorre por meio das informações do censo da educação básica, onde anualmente a lista de obrigações é atualizada com as novas escolas elegíveis para atendimento. Fazem parte do programa as operadoras Telefônica, CTBC, Sercomtel e Oi/BrT.

Outro programa é o Wi-Fi Brasil⁸, desenvolvido pelo Ministério das Comunicações em parceria com a Telebras, com o objetivo de levar conectividade em alta velocidade a todas as localidades do país, sendo que o programa visa atender prioritariamente comunidades em estado de vulnerabilidade social. São duas modalidades no programa: a primeira é a Wi-Fi Brasil (GESAC – Ponto de internet), que atende às instituições públicas, escolas, bibliotecas, telecentros, unidades de saúde, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, assentamentos rurais e outros. A segunda é Wi-Fi Brasil (Livre), instalados em praças públicas para acesso livre e gratuito à população em geral nos municípios que têm pouco ou nenhum acesso à internet em banda larga. Na região norte foram instalados até o momento 3.722 pontos de acesso a internet.

⁷Para saber mais: <<https://www.fnede.gov.br/programas/pble>> Acesso em 9 fev. 2022.

⁸Para saber mais: <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/wi-fi-brasil>> Acesso em 9 fev. 2022.



Acesso à internet e equipamentos de tecnologia precisam ser inseridos nas práticas de ensino e aprendizagem.

Foto: Samara Souza

Há também o Programa Banda Larga nas Escolas Públicas Rurais, que prevê conexão gratuita nas escolas públicas de 2014 a 2027, com a determinação do Edital de licitação n. 004/2012/PVCP/SPV-Anatel (SMP 4G). As operadoras do serviço móvel têm compromisso de atender pelo menos 80% das áreas compreendidas até a distância de 30 km do limite das localidades sede de todos os municípios brasileiros. Com base no Censo Escolar Inep, o FNDE elabora o cadastro das escolas elegíveis para atendimento.

O Decreto n. 10.800, de 2021, institui o Programa Amazônia Integrada Sustentável, no âmbito do Ministério das Comunicações, com finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na região amazônica por meio da implantação de redes de transporte de fibra óptica. Tem como finalidade a conectividade de estabelecimentos públicos, tais como pontos de inclusão digital, instituições de ensino, unidades de saúde, hospitais, bibliotecas, instituições de segurança pública e tribunais.

Também em 2021, foi lançado o Programa Norte Conectado⁹, visando expandir a infraestrutura de comunicação da região amazônica com a implantação de um backbone em fibra óptica para atender a todas as políticas públicas na região, incluindo educação, saúde, telecomunicações, defesa e judiciário, como exemplo. Visa também ampliar o acesso à Internet da região, com a possibilidade de integração aos países vizinhos que compõem a Pan Amazônica, através da implantação de cabos de fibra óptica em ambiente subfluvial. De acordo com o programa, a previsão é 10.00 km conectando 9,2 milhões de pessoas.

Com a pandemia, ficou evidente a urgente necessidade de investimento na implantação do serviço de Internet na região amazônica, principalmente nas áreas rurais desta região. Garantir o acesso à Internet pelos órgãos de governo e pelas comunidades é promover a democratização, viabilizando a aproximação do cidadão das políticas públicas. Fizemos aqui o levantamento de diversas iniciativas desenvolvidas pelo Governo Federal nos últimos anos, voltadas à ampliação do acesso à Internet na região da amazônia. Destacamos o Marco Civil da Internet, que estabelece que o acesso à Internet é um direito de todos e cabe ao poder público, responsável pela captação para o uso da rede nas instituições de ensino público, ou seja, a política de inclusão digital está associada à educação, sendo considerada uma prática

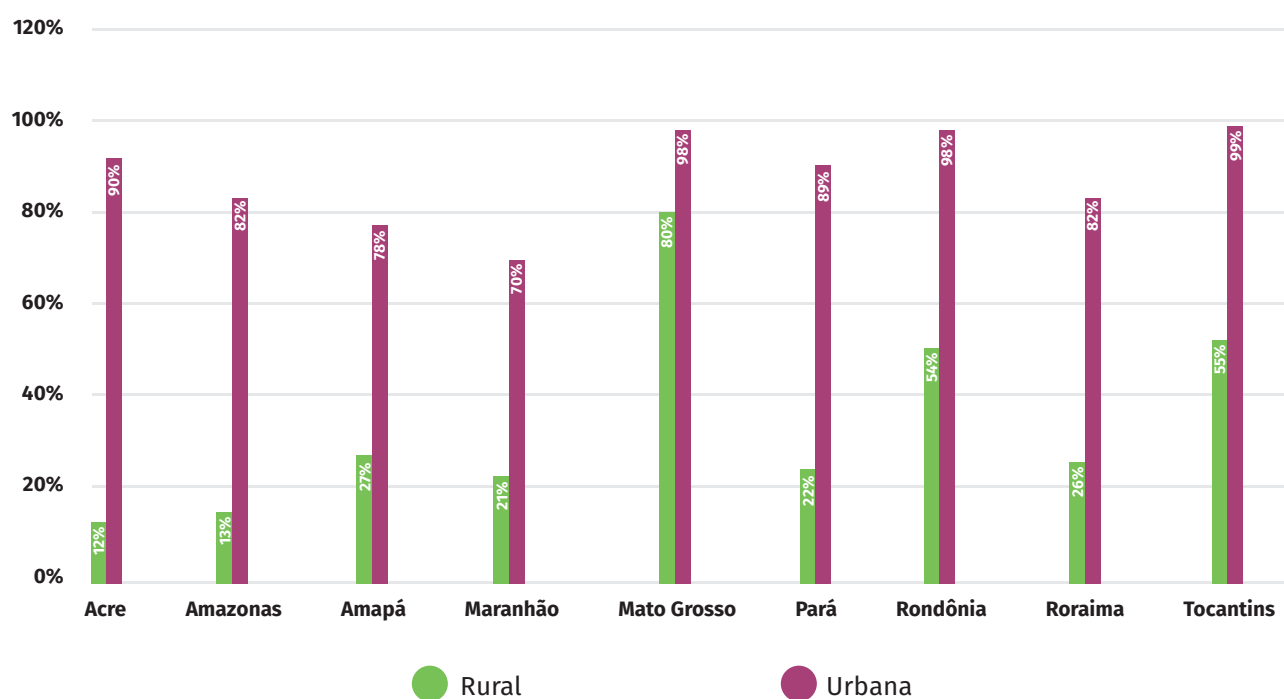
⁹Para saber mais: <<https://norteconectado.rnp.br>>. Acesso em 9 fev. 2022.

educativa.

Apontamos também para a necessidade de que toda ação do governo deve considerar dois pontos importantes para educação escolar: o acesso à infraestrutura e a formação do quadro de educadores para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com enfoque no letramento digital.

Quando analisados os dados com base na localização, as evidências do tamanho da desigualdade de acesso ao serviço de internet nas escolas são ainda mais significativas. Em seis estados da Amazônia brasileira, foi registrado que o acesso à internet alcança menos de 50% das escolas rurais, sendo que os estados do Acre e do Amazonas registram 12% e 13%, respectivamente. Apenas quatro estados (Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso) contam com mais da metade das escolas dotadas de internet, destacando-se esse último, com cerca de 80% das escolas rurais com acesso à internet.

Figura 3: Acesso à internet nas escolas da Amazônia Legal, por área rural e urbana, Censo INEP/2019.



Fonte: MEC/INEP, 2019.

3.4 Impactos da Covid-19

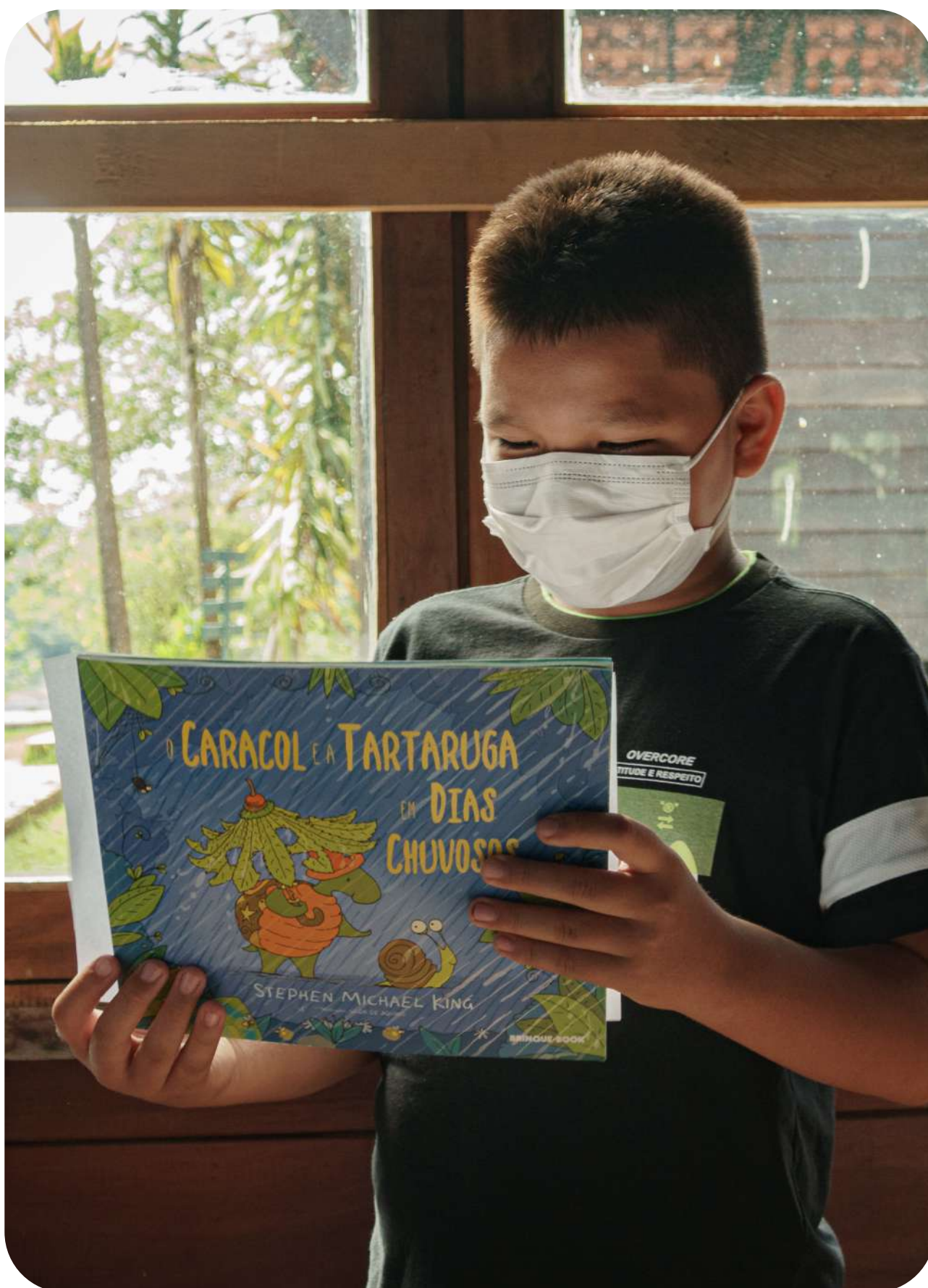
A pandemia do Covid-19 assolou as populações amazônicas e suas implicações vão além das questões de ordem biomédica e epidemiológica, afetando os campos social, econômico, político, cultural e histórico de todas as nações (FIOCRUZ, 2020).

O UNICEF (2021), na publicação “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação” sinaliza que a pandemia reforçou um aspecto já vivenciado no Brasil: a desigualdade e a exclusão escolar. Dados são apresentados no documento, que mencionam que, em novembro de 2020, mais de 5 milhões de crianças não tinham acesso à educação no Brasil. Desses, mais de 40% tinham de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia.

A pandemia escancarou as desigualdades sociais que estão relacionadas de forma direta com a desigualdade educacional; na população mais vulnerável economicamente. A população do campo, ribeirinhos, indígenas e quilombolas são os que obtiveram desempenho menos satisfatório nas atividades escolares que são realizadas de forma remota, e uma das razões é a ausência de recursos (JUNIOR; DOS SANTOS; SILVA, 2020).

É de suma importância que políticas públicas educacionais sejam implantadas, com foco na região amazônica e alinhadas à realidade da pandemia. Políticas que atendam não somente a população nas áreas urbanas que também foi afetada com a pandemia, mas as comunidades rurais, onde o acesso à escola, a recursos tecnológicos e outros meios de ensino, além de professores qualificados, já eram difíceis antes da pandemia.

Também com advento da pandemia e os reflexos dela na nossa sociedade, a efetivação da política de educação deve ser realizada em conjunto com às demais políticas, num caráter de articulação e intersetorialidade. O papel da escola é também de proteção das crianças e adolescentes, haja vista a vulnerabilidade sobretudo do contexto de crise econômica e empobrecimento das famílias. É essencial que a escola, como espaço de formação técnica e humana, contribua para uma sociedade mais equânime e acessível.



Políticas públicas educacionais devem ser alinhadas à realidade da pandemia. Foto: Samara Souza



4. Relação entre Organizações da Sociedade Civil e Governo para uma política pública de educação de qualidade

Historicamente, a sociedade civil tem um papel fundamental na consolidação e viabilização de direitos e acesso às políticas públicas, pois foi através da dinâmica de captação de pessoas e expressões políticas que a mesma possibilitou o acesso e o exercício do próprio poder e representatividade política nos demais espaços estatais (FARIA, 2010).

Desde a década de 1950 até os dias atuais, as organizações da sociedade civil se tornaram cada vez mais atuantes e reconhecidas devido às suas atividades de interesse público e coletivo em ações de diversas áreas de atuação, contribuindo com o setor governamental na implementação de políticas públicas bem como se fazendo um setor fundamental para a consolidação da democracia brasileira.

Nesse contexto se desenharam os primeiros documentos de base da institucionalização das Organizações da Sociedade Civil, por meio da Lei nº 9.637 de 1998, e de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), regulamentadas pela Lei nº 9.790 de 1999. Essas entidades, assim legalizadas, estariam aptas a estabelecer uma parceria com o poder público visando oferecer serviços de maior qualidade e com maior eficiência em território nacional, sendo, portanto, consideradas como importantes para o acesso às políticas públicas nacionais.

Além disso, em 2014, através da Lei nº 13.019 de 31 de julho, foi regulamentado o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que passou a regularizar a atuação das OSCs na administração pública estabelecida por meio de termos de colaboração, termos de fomento ou acordo de cooperação, que realizassem suas atividades em parceria com o Poder Público para o fornecimento de serviços de interesse público (GIFE, 2021).

É importante destacar que apesar das organizações da sociedade civil se mostrarem como potenciais atores para o fortalecimento de políticas públicas, elas não sobrepõem e não devem sobrepor de forma alguma o papel do Estado na garantia dos direitos constitucionais, pois é papel da

esfera pública garantir o bem-estar da população, que acontece, sobretudo, através do processo de gestão, implantação, implementação, monitoramento, avaliação e execução de políticas públicas.

Por parte do poder público, há no Brasil o Ministério da Educação (MEC) que é um órgão da administração federal direta e tem como área de competência os seguintes assuntos: gestão da política nacional de educação em geral, compreendendo o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional, a educação especial, a educação à distância, a avaliação, informação e pesquisa educacional, a pesquisa e extensão universitária, o magistério e a assistência financeira à famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. Para o cumprimento dessas competências, o MEC pode estabelecer parcerias com instituições civis e militares que apresentam experiências exitosas em educação.



Políticas públicas de educação podem ser fortalecidas pelas organizações da sociedade civil.

Foto: Samara Souza

Dessa forma, é preciso que se entenda a divisão do papel de ambos para que se construam políticas públicas de forma colaborativa, visando a incorporação de mecanismos e procedimentos de participação social na produção delas.

Segundo o último relatório do Mapa das OSCs que traça o perfil das OSs e OSCIPs em atividade no Brasil, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2020 haviam 781.921 OSCs formais, ou seja, com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Dessas, 1.114 são OSs e 7.046 são OSCIPs (IPEA, 2020).

Segundo a última atualização, feita em 25 de outubro de 2021, somente nos estados que compõem a Amazônia Legal existem 93.485 OSCs divididas da seguinte forma por território: 3.196 no Acre, 2.949 no Amapá, 10.326 no Amazonas, 24.309 no Maranhão, 13.305 no Mato Grosso, 21.985 no Pará, 7.895 em Rondônia, 1.908 em Roraima, e 7.612 em Tocantins, tendo como principais focos de atuação o acesso às políticas de agricultura, assistência social, saúde e educação para povos tradicionais, ribeirinhos e indígenas, bem como às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente (IPEA, 2021).

Para os estados que compõem a Amazônia Legal, o crescimento contínuo de OSCs significa de certa forma a priorização e atenção, por parte da própria sociedade civil na garantia de bens e serviços onde o Estado por vezes não consegue chegar, dada a limitação e a heterogeneidade do território amazônico em comparação aos outros territórios nacionais.

Esse crescimento também reflete a importância que a sociedade civil organizada tem dado à preservação do território amazônico e aos espaços de vivência, seja na conservação e proteção da fauna e flora, mas também da cultura e identidade dos seus povos originários e dos povos e populações tradicionais. O destaque para a importância da preservação desses aspectos subsidia a atuação das OSCs ainda mais direcionada para a necessidade dessas localidades, bem como a cobrança por parte do Estado na garantia de uma política pública que leve em consideração as necessidades e especificidades das regiões.

O investimento social privado por meio de institutos, fundações, empresas e outras instituições do terceiro setor alcançou R\$ 5,3 bilhões em 2020, aumento de 71% em relação ao ano de 2019, relacionado ao enfrentamento

dos efeitos da Covid-19. Do total de investimento realizado em 2020, 76% foi direcionado para a educação (GIFE, 2021).

Segundo o Censo GIFE 2020, a educação se mantém como a principal área temática de investidores sociais, mas sua presença diminuiu e o tema passou a dividir espaço com proteção social e saúde, no contexto da crise da Covid-19. Ainda assim, trata-se de um investimento relevante e que tem contribuído para a educação no Brasil.

Pensando na sociedade civil e nas bases da educação, atribuímos um enfoque na discussão sobre a necessidade de alinhar e propor ações que viabilizem um processo de ensino transformador e significativo, seja em âmbito global, regional ou local. As ações públicas devem ocorrer de forma múltipla e considerar novos caminhos para o alcance dos objetivos desejados pela própria educação brasileira; por uma educação autônoma e que possibilite aos indivíduos um processo de reflexão que envolvam as diferentes áreas do desenvolvimento humano, como questões políticas, econômicas, sociais e culturais do país.

Em um aspecto que visa assegurar o alcance territorial, o Brasil, nesse contexto, torna-se um grande desafio e com enormes deficiências na gestão governamental, haja vista a sua amplitude, complexidade cultural e socioeconômica.

Na educação por exemplo, esse alcance territorial se difunde de forma desigual, a distribuição de professores mais qualificados está relacionada com o próprio território. Crianças mais pobres e que moram na zona rural, em estados do Norte e Nordeste, têm uma menor probabilidade de ter um professor com maior escolaridade, diferente daquelas que vivem em cidades com maior desenvolvimento socioeconômico (SIMIELLI, 2017).

Outro retrato da educação na Amazônia é que todas as propostas e ações que são direcionadas a políticas públicas para a região geraram profundas alterações no modo de vida das comunidades e dos povos tradicionais, sendo, assim, mais um fator que deve ser analisado pelos formuladores dessas intervenções.

É importante compreender a dinamicidade dos processos educativos e pedagógicos para que assim, se possam falar de políticas e ações como instrumentos para potencializar o desenvolvimento social, econômico e

sustentável, isto porque, a educação se sustenta e se formaliza como uma base para o desenvolvimento de todos os outros campos e práticas sociais. Tais aspectos se relacionam e se difundem com a ideia de propiciar o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos da sociedade.

Portanto, a dimensão do desenvolvimento e de um investimento a longo prazo é um dos fatores iniciais e possível ação para garantir melhorias na educação. É válido ressaltar ainda que essas propostas seguem pressupostos igualitários onde todos os participantes da sociedade têm o direito a uma educação de qualidade que possa contribuir com o crescimento de forma pessoal e coletiva, por isso, tanto o Estado como principal ator na garantia e acesso à bens e serviços públicos de qualidade, quanto as organizações da sociedade civil, mostram-se importantes nesse processo da Educação e o desenho do seu melhor formato.

Desta forma, para que seja possível a garantia do bem-estar da população, da qualidade de vida e da sustentação dos demais direitos humanos, o desenvolvimento e qualificação das OSCs são totalmente necessários, já que, quando enfraquecidas ou mal estruturadas, essas organizações podem gerar grandes prejuízos aos interesses sociais.

No que tange os processos de qualificação, considera-se que por meio deste seja possível também garantir características de autonomia, aptidão e destreza para que as OSCs possam operar suas ações de forma mais concreta e que ao final possam produzir impactos e resultados positivos tanto para Organização quanto para os indivíduos da sociedade, que se destacam como público alvo para elas.

Assim, destacam-se pontos que são de grande importância para o processo de qualificação das organizações, como por exemplo, um gerenciamento qualificado, uma articulação dinâmica que envolva todos os colaboradores e sujeitos, assim como, um posicionamento direto das OSCs são fatores que podem agregar e subsidiar as ações com o alcance dos objetivos desejados. Apoios e parcerias também são elementos que podem agregar na própria qualificação das organizações.

Compreender a importância e o papel das OSCs, além de suas potencialidades para o desenvolvimento de ações e outros serviços sociais podem ampliar o crescimento individual e coletivo de forma socioeconômica, tendo como alicerces a vida em sociedade, eis que, justifica a relevância dessas ações.



5. Possíveis caminhos e soluções

Os desafios são muitos, diante da complexidade do cenário educacional amazônico, e isso requer atenção e estratégias multidimensionais de enfrentamento, com esperança. Afinal, há disponibilidade de pessoas, coletivos, instituições e poderes envolvidos para transformar desafios em potências e impulsionar a educação na região. Na intenção de conhecer mais sobre essas ações, fizemos um exercício preliminar de mapear iniciativas que estão atuando para promover uma educação mais conectada às realidades locais. Desejamos que essas iniciativas ecoem por todo o território, inspirando novas possibilidades, novos caminhos e novos fazeres.

Partindo do Prêmio “Experiências Transformadoras em Educação Pública na Amazônia” e das indicações do comitê orientador, mapeamos as iniciativas, projetos, metodologias, modelos educacionais e profissionais que se destacam na promoção da educação inclusiva, equitativa e de qualidade em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030, estabelecido pela Organização das Nações Unidas.

Este mapeamento é um esforço de destacar e tornar conhecidos alguns fazeres. Não tem a pretensão de representar a totalidade de iniciativas que têm sido feitas na região, já que “quase se pode dizer que as proporções subcontinentais devoraram qualquer possibilidade de síntese, porque as diversas amazônias não podem, por este mesmo motivo, perder personalidades: o caráter de cada uma delas é que faz a diversidade do grande vale. A Amazônia é a diversidade” (SOUZA, 2009, p. 17).

Muitos professores, gestores, e funcionários da rede pública de ensino se esforçam diariamente para lidar com os desafios educacionais e todos esses esforços são fundamentais para que a educação na região amazônica siga avançando. Conheça e se inspire:

Legenda dos ícones



Iniciativa



Descrição



Objetivos



Local de atuação



Etapas de ensino / Público alvo



Site e Referências



Escola Jatobazinho



Mato Grosso



Alunos Ensino Fundamental



Escola rural de Ensino Fundamental I, que é o centro de diversas atividades sociais e ambientais que envolvem os moradores da região.



Oferecer educação escolar formal, e ações nas áreas de saúde, nutrição e cultura para crianças ribeirinhas.



<https://www.acaia.org.br/pantanal>

<https://novaescola.org.br/conteudo/3785/glawber-apresenta-a-escola-jatobazinho-no-pantanal>



Asinhas da Florestania



Acre



Ensino Fundamental II e Ensino Médio



Estruturada em módulos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e os referenciais curriculares do próprio estado, a iniciativa prevê a abordagem de temas regionalizados para contribuir com a qualidade de vida das comunidades.



Resgatar e elevar a autoestima das populações rurais, fortalecendo a qualidade de ensino e de vida e garantindo direitos sociais, econômicos e políticos às comunidades rurais e de difícil acesso.



<http://gesta.org.br/imprimir/?ids=353>

<https://agencia.ac.gov.br/ha-dez-anos-asas-da-florestania-leva-ensino-para-comunidades-distantes/>



Escola Digna



Maranhão



Ensino Médio



Programa Escola Digna organiza as ações em eixos estruturantes, apresentando como princípios orientadores: inclusão social; o respeito à diversidade; a formação integral e integrada; a democracia e participação na gestão; a avaliação diagnóstica, formativa e processual no contexto escolar; o ensino comprometido e Aprendizagem significativa; ensino pela pesquisa e uso das tecnologias.



Promover ações voltadas para a qualificação e formação continuada dos profissionais da educação, para a ampliação da gestão democrática das secretarias e das escolas; garantir aos profissionais, estudantes e comunidade o direito de participação ativa no processo educativo e para o estabelecimento de um Pacto de colaboração com os municípios, visando que todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos possam ter, em todas as escolas maranhenses, sejam elas da Rede Estadual ou Municipal, o direito fundamental a uma escola de qualidade.



<https://www.educacao.ma.gov.br/escola-digna/>



Currículo Infantil



Roraima



Educação infantil



Rede municipal de educação na construção de um currículo para a educação infantil em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); na implementação deste currículo por meio da formação continuada dos educadores; e na documentação do processo, para que os aprendizados possam servir como referência para outras redes de educação.



Construir um currículo para a educação infantil em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e formação continuada dos educadores.



<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/construcao-curriculo-educacao-infantil-boa-vista/>



Casa Familiar Rural



Pará



Ensino Médio



Iniciativa inovadora no âmbito da educação territorial, destinada aos filhos e filhas dos agricultores familiares. É uma ação na qual a educação é concebida como meio para viabilizar, nas áreas rurais, a implementação de novos padrões de relação social no trabalho e com a natureza, tendo como princípios o desenvolvimento sustentável, a formação dos jovens e de suas famílias e a gestão da CFR pela Associação das Famílias.



Oferecer aos jovens rurais uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permitam atuar, no futuro, como profissionais no meio rural. Fomentar no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, e desenvolver a consciência de que é possível, através de técnicas de produção adequadas, de transformação de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente.



<https://saudeealegria.org.br/redemocoronga/saude-e-alegria-firma-parceria-com-casas-familiares-rurais-para-apoiar-educacao-do-campo/>



Mapeamento de práticas comunitárias



Regiões Norte e Nordeste



Ensino infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio



Educação e práticas comunitárias com mapa georreferenciado, localizando todos os projetos e iniciativas identificados, classificados em função dos níveis de aprofundamento de informações coletadas. Traz ainda o livro Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com artigos de toda a equipe participante; e os Cadernos de Projetos, nos quais destacamos 16 dos 74 projetos educacionais pesquisados.



Georreferenciar educação e práticas comunitárias de educação indígena, quilombola, do campo e de fronteiras das regiões Norte e Nordeste do Brasil.



<http://praticaseducativas.org.br/>



Oportunidades educacionais



Regiões Norte e Nordeste



Ensino Fundamental e Ensino Médio



Análises e considerações sobre o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (Ioeb) em 10 municípios com características predominantemente indígenas, quilombolas, rurais e de fronteira.



Construir conhecimentos sobre as oportunidades de educação em territórios brasileiros das regiões Norte e Nordeste com grande concentração de populações indígenas, quilombolas, rurais e localizados em áreas de fronteira.



https://ioeb.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Oportunidades-Educacionais_Estudo-Ioeb_02.pdf



Projeto Nós



Amazonas, Amapá e Maranhão



Ensino Fundamental II e Ensino Médio



Uma iniciativa da Porticus, em parceria com CE CEDAC, CREI e UNICEF.



Melhorar a equidade educacional em regiões que atendem aos povos tradicionais em uma perspectiva sistêmica.



Trajetórias de sucesso escolar



Brasil



Ensino Médio



A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar é uma iniciativa do UNICEF, do Instituto Claro e outros parceiros para o enfrentamento da cultura de fracasso escolar no Brasil. O site disponibiliza indicadores de fluxo escolar nacionais, estaduais, municipais e por escola retirados do Censo Escolar. Além das taxas de distorção e índices de abandono e reprovação, o site disponibiliza recortes por gênero, raça e localidade que mostram as relações entre o atraso escolar e as desigualdades brasileiras.



Facilitar um diagnóstico amplo sobre a distorção idade-série no país – quando um estudante está com dois ou mais anos de atraso escolar – e oferecer um conjunto de recomendações para o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam o acesso, permanência e aprendizagem desses estudantes.



<https://trajetoriaescolar.org.br/>



Programa Formar (Elaboração da base curricular)



Ensino Fundamental



Parceria entre Fundação Lemann e redes públicas de ensino de todo o Brasil, para colaborar com a aprendizagem dos alunos, considerando as especificidades de cada região.



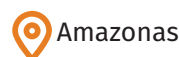
Colaborar com a aprendizagem dos alunos. Isso acontece de maneira personalizada, entendendo as necessidades educacionais de cada região, respeitando suas particularidades e potencializando as oportunidades. Lado a lado com as Secretarias de Educação e com as escolas, apoiando políticas educacionais, formações e diversas ações pedagógicas.



<https://fundacaolemann.org.br/noticias/redes-publicas-de-ensino-recebem-apoio-pela-aprendizagem>



Plantar educação para colher árvores



Ensino Fundamental



Programa educacional focado na melhoria dos indicadores educacionais da região amazônica e desenvolvimento integral do estudante, valorizando o conhecimento tradicional e promovendo a integração da comunidade escolar com a floresta e a cultura local.



Promover a conservação das florestas da Amazônia por meio do avanço do desempenho escolar educacional integral, reduzindo as desigualdades educacionais e promovendo meios de vida sustentáveis e, ao mesmo tempo, reconhecendo a diversidade cultural e o conhecimento tradicional.



<https://instituto-gesto.gupy.io/>



Observatório de Educação



Ensino Médio



Plataforma do Instituto Unibanco com mais de 20 mil documentos, entre análises e curadoria de artigos, teses, dados estatísticos e eventos, além de produção audiovisual sobre Ensino Médio e Gestão em Educação Pública.



Captar informações, identificar sua relevância e as relacionar com produções de órgãos oficiais, mídias, pesquisadores entre outras fontes.



<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/>



TV Quilombo

 Maranhão



Ensino Fundamental e Ensino Médio



“Com o slogan ‘Essa história é para sempre’ e o desenho de uma sapucaieira centenária da comunidade como símbolo, os cinco lançaram a TV Quilombo. Tempos depois, William criou outra peça original: o bambu-drone, que une celular e cortes grandes da planta, permitindo fazer imagens do alto.”



Dar visibilidade à cultura quilombola através de conteúdo audiovisual.



<https://www.tvquilombo.com.br/>



O imaginário lendário amazônico através da arte na Escola Estadual Nazira Litaiff Moriz

 Amazonas



Ensino Fundamental



Desconstruindo a ideia de cultura inferior e marginalizada devido à localização territorial da Amazônia, e revelando sua cultura popular com sua originalidade e riqueza. O projeto proporcionou o desenvolvimento do potencial artístico e promoveu a interação e o protagonismo dos estudantes em suas produções artísticas, colocando-os como autores de sua arte.



Preservar a cultura local, e estimular o potencial artístico dos estudantes, criando um ambiente que aguce a sua criatividade, a fim de ressignificar a cultura dos povos da Amazônia.



Produção textual através das lendas amazônicas: legitimando a identidade cultural dos estudantes da Escola Estadual São José

 Amazonas



Ensino Fundamental



Para proporcionar o prazer pela escrita e legitimar a identidade cultural dos estudantes através do gênero textual Lendas Amazônicas no contexto escolar: primeiramente, apresentou-se aos mesmos a concepção e importância deste gênero, explorando diversos textos e estabelecendo diferença entre lendas e mitos amazônicos; depois foram realizadas entrevistas com os familiares dos alunos e sistematização das lendas coletadas nas entrevistas.



Despertar no alunado o interesse pela prática da escrita, por intermédio das narrativas amazônicas coletadas entre os familiares, sobretudo, entre os mais antigos, que moram em Tefé, local onde o público-alvo está inserido. Registrar as histórias que permeiam ou permeavam o imaginário lendário dos familiares antigos dos estudantes da Escola Estadual São José é uma das formas de legitimar a identidade cultural dos mesmos.



Vaga Lume - Fortalecimento de bibliotecas comunitárias na Amazônia



Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão, Acre, Mato Grosso, Tocantins, Roraima, Rondônia e São Paulo



Ensino Básico, Ensino Fundamental, Ensino Médio



Com objetivo de aumentar os índices de leitura nas comunidades rurais da Amazônia, aumentar a proficiência leitora de crianças e adolescentes, contribuir para o processo de alfabetização e ocupar a lacuna da inexistência de bibliotecas, a Vaga Lume atua no desenvolvimento das competências socioemocionais, na articulação da comunidade para seu envolvimento nas atividades educativas e na valorização da cultura local e particularidades de cada região.



Dar acesso a livros e atividades de mediação de leitura na primeira infância e construir uma parceria com a comunidade e as autoridades locais. Possibilitar que as pessoas se familiarizem com os livros, levando à formação de leitores que possam compreender histórias e explorar conexões entre as narrativas e sua história e cultura.



Projeto- Quinta Literária: Leitores de Fraldas no Contexto das Aulas Remotas.



Amazonas



Ensino Básico



O projeto traz o convite de promover contextos de leitura, visando estimular a cultura leitora pelos bebês e crianças e diminuir as tensões emocionais causadas pelo período de confinamento das crianças e de suas famílias, gerados pela pandemia do Covid-19.



Ampliar o protagonismo coletivo, agregando as famílias como colaboradoras no processo pedagógico.



Semente Materna Poética



Amazonas



Ensino Básico, Ensino Fundamental, Ensino Médio



O projeto valoriza a arte e a cultura através da poesia, onde os próprios jovens ribeirinhos e indígenas escrevem suas próprias histórias e faz com que suas habilidades e competências ganhem vida através dos livros publicados através de suas próprias autorias.



Contribuir com os conhecimentos para o rompimento de paradigmas e valorização da cultura local.



Educadores Inovadores da Amazônia - EdulnovAM



Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia,
Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso



Ensino Básico, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico (pós-médio)



Periodicamente, diferentes representações de instituições educativas, da Educação Infantil ao Ensino Superior disponibilizam espaços para que sejam promovidos encontros, sem custos para os participantes, e oficinas, com custo abaixo dos valores de mercado, cuja finalidade é oferecer formação continuada aos educadores e chegar onde muitas vezes nem Estado nem iniciativa privada conseguiram chegar.



Conectar e engajar pessoas para fortalecer a comunidade de educadores a inovar nas práticas educacionais na Amazônia. Curadoria de conteúdos inovadores educacionais. Valorização dos educadores inovadores com foco na Amazônia.



Iniciativas voltadas para a educação básica propiciam qualidade de vida para as comunidades da região amazônica.

Foto: Samara Souza



6. Iniciativas desenvolvidas pela Fundação Amazônia Sustentável

A Fundação Amazônia Sustentável é uma organização da sociedade civil, fundada em 2008, com a missão de “contribuir para a conservação ambiental da Amazônia através da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas, associada à implementação e disseminação do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável”.

Um dos programas executados pela FAS é o “Educação para Sustentabilidade” (PES), que tem como objetivo promover o direito à educação, saúde e cidadania em comunidades ribeirinhas. O programa implementa um conjunto de projetos e iniciativas para promover o acesso à educação relevante, aos direitos, à arte e cultura, à formação profissionalizante e atenção básica de saúde nas Unidades de Conservação onde atua. Os avanços do PES foram reconhecidos pela UNESCO que outorgou à FAS o seu prêmio anual de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em solenidade na sua sede, em Paris, em 2019.

Os projetos e ações do PES estão voltados ao desenvolvimento de soluções e políticas públicas direcionadas à atenção integral da primeira infância da criança ribeirinha, à mobilização para o acesso aos direitos de adolescentes e jovens, à educação básica, complementar e profissionalizante em áreas remotas e ao desenvolvimento de modelos de saúde voltados para a realidade amazônica, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A seguir serão apresentados alguns desses projetos e ações que estão diretamente conectados à educação básica, na intenção de que inspirem possibilidades de caminhos à educação amazônica.



Programas voltados para a educação, como o “Educação para Sustentabilidade”, da FAS, são importantes para a melhoria educacional de jovens e crianças.

Foto: Samara Souza

Legenda dos ícones



Iniciativa



Descrição



Objetivos



Local de atuação



Etapas de ensino / Público alvo



Site e Referências



Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia - DICARA



Amazonas - RDS do Uatumã, RDS do Juma, RDS de Uacari, RDS de Mamirauá e RDS Amanã



Ensino Fundamental e Médio



O Programa de Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia (DICARA) desenvolvido no Programa de Educação para Sustentabilidade (PES) da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), é um programa que atua com crianças e adolescentes de 0 até 17 anos de idade em vários municípios do interior do estado do Amazonas. Os cursos livres são ofertados na área de atuação do projeto, com o objetivo de ampliar os conhecimentos e habilidades dos adolescentes de 12 a 17 anos participantes do projeto.



Proporcionar para o público infantojuvenil de 0 a 17 anos, ações voltadas à ampliação do acesso à saúde, à educação complementar, à assistência social e à cidadania, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a fim de contribuir no fortalecimento do protagonismo e a participação social na defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.



<https://fas-amazonia.org/componente/desenvolvimento-integral-criancas-e-adolescentes-ribeirinhas-dicara/>



Escola D'água



Amazonas - RDS Piagaçu Purus



Ensino Fundamental e Médio



O projeto Escola D'água integra o programa global Swarovski Water School que busca preparar as crianças das novas gerações para a conscientização das práticas e uso sustentável da água. Em cada região do mundo, o programa adota estratégias específicas aderentes à realidade local e aos desafios em relação à gestão sustentável da água. Todas as iniciativas atuam tendo as escolas como pontos de referência nas comunidades participantes, os professores como agentes-chave de mudança e os alunos e jovens como protagonistas dessa mudança. A FAS é a parceira implementadora do projeto no Amazonas. Em 2019, a iniciativa envolveu mais de 650 estudantes e 286 quilos de plástico foram coletados nas comunidades.



Promover práticas saudáveis de cuidado com a água e estruturas de saneamento adequadas, proporcionando acesso à água segura.



<https://fas-amazonia.org/componente/escola-dagua/>



Repórteres da Floresta



Amazonas - RDS do Rio Negro, APA do Rio Negro, RDS Mamirauá, RDS Uatumã e RDS do Juma



Ensino Fundamental II e Médio



Criado em 2014, em parceria com a Samsung e apoiado pelo Fundo Amazônia, o projeto conta com oficinas de vídeo, fotografia, rádio, mídias sociais e produção textual para jovens estudantes de cinco escolas dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade da FAS. Em 2020, as oficinas foram voltadas para as novas mídias digitais. No mesmo ano, o “Festival Juventudes” reuniu remotamente produções científicas e culturais, como vídeos e guias.



Instigar jovens de comunidades ribeirinhas para o conhecimento a respeito da comunicação, seja ela em suas diferentes ferramentas como fotografia, vídeos, rádio, TV, produção textual e mídias digitais.



<https://fas-amazonia.org/componente/reporteres-da-floresta/>



Incenturita - Incentivo a Leitura e a Oratória



Amazonas - RDS do Rio Negro, APA do Rio Negro, RDS Mamirauá, RDS Uatumã e RDS do Juma



Ensino Fundamental II e Médio



O Projeto de Incentivo à Leitura e a Oratória (Incenturita) promove a leitura e contribui, por meio da arte e educação, para o domínio da oratória e escrita de mais de 200 alunas e alunos das escolas dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade da FAS. As atividades acontecem de forma complementar ao ensino ofertado na escola. Em 2019, o Projeto Incenturita produziu seu primeiro livro: “Fala Beiradão” - uma obra protagonizada e assinada por todos os jovens do projeto, que reúne termos e expressões faladas em comunidades ribeirinhas do Amazonas. No fim do ano, foi realizado o Festival Juventudes, que reuniu na comunidade do Tumbira, alunos dos projetos de educação da FAS em um dia movimentado de atividades lúdicas e educativas. O projeto Incenturita é patrocinado pelo Instituto Alair Martins (Iamar), além de receber apoio do Banco Bradesco, Fundo Amazônia, Hotéis Marriott, Samsung, Coca-Cola Brasil, Lojas Americanas e Instituto Liberta.



Trabalhar a autonomia desses jovens para que eles possam ser fontes criativas, produzindo as próprias histórias, fortalecendo a autoestima e a independência, incentivando a sustentabilidade; já que a maioria mora em comunidades ribeirinhas distantes da cidade, que é quando entra a criatividade.



<https://fas-amazonia.org/componente/arte-educacao-para-incentivar-a-leitura-e-escrita/>



Práticas Agroecológicas



Amazonas - RDS do Rio Negro, APA do Rio Negro, RDS Mamirauá, RDS Uatumã e RDS do Juma



Ensino Fundamental II e Médio



Incentivar a produção local como fonte primária no abastecimento dos núcleos e comunidades é o objetivo do projeto, que é baseado na troca dos saberes técnicos e tradicionais da floresta. A ação fortalece ainda mais as práticas agroecológicas, além de autoabastecimento para que elas possam gerar renda para as comunidades. O intuito é reforçar a independência que o aluno pode ter através da geração de renda por meio do que eles aprenderam em agroecologia e em empreendedorismo. Atualmente, a maior produção é de hortaliças comuns que vão para a merenda, como couve, cheiro-verde, cebolinha e tomate. Também tem as plantas alimentícias não-convencionais, consumidas localmente mas que não se acham em supermercados, como taioba, orelha-de-macaco, vinagreira. E ainda as frutíferas que servem para arborizar o núcleo e gerar alimento saudável. As hortaliças medicinais ajudam através de chás e plantas, pessoas doentes que não têm acesso a medicamentos. Por último, vêm as ornamentais que são para embelezar o visual do núcleo, sendo a menor produção.



Incentivar a produção local como fonte primária no abastecimento dos núcleos e comunidades. Ensinar e contribuir com a segurança alimentar dos alunos por meio do plantio de hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, além da criação de aves e peixes.



<https://fas-amazonia.org/componente/praticas-agroecologicas/>



Educação ambiental e gestão de resíduos sólidos



Amazonas - RDS Rio Negro e APA Rio Negro



Ensino Fundamental I e Médio



A agenda envolve comunidades ribeirinhas e escolas para pensar estratégias conjuntas de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. Os trabalhos focam em boas práticas de destinação de resíduos sólidos por meio da utilização de logística reversa. A agenda também desenvolve oficinas de educação ambiental.



Envolver as comunidades ribeirinhas para a reflexão de estratégias que possibilitem as boas práticas de destinação de resíduos sólidos por meio da utilização da logística reversa.



<https://fas-amazonia.org/componente/educacao-ambiental/>



Pequenos Curupiras



Amazonas - RDS Rio Negro e
APA Rio Negro



Educação infantil e fundamental



O projeto Pequenos Curupiras busca criar espaços físicos móveis em eventos educativos e culturais e desenvolver materiais que mostrem a importância da preservação de espécies de animais amazônicos, visando desenvolver ações lúdicas de educação ambiental por meio da arte e de jogos educativos.



Promover atividades educativas e desenvolver materiais educativos, visando proporcionar atividades de educação ambiental e a sensibilização sobre espécies da fauna silvestre amazônica através de atividades lúdicas.



<https://fas-amazonia.org/componente/educacao-ambiental/>



Primeira Infância Ribeirinha - PIR



Amazonas - municípios de Coari, Marã, Novo Aripuanã, Itapiranga, Tefé e Uarini.



Educação infantil



A fase da vida de 0 a 6 anos, chamada de primeira infância, é de extrema importância para a formação das estruturas física e psíquica de um ser humano. Da gestação até o crescimento; a alimentação, as primeiras palavras, os primeiros passos e novos aprendizados são vivências essenciais e de consequências à vida toda. A falta de um cuidado adequado à saúde e à educação dos pequenos nesse tempo de vida é irreversível. Esse zelo é essencial a todas as crianças, incluindo moradores do interior do Amazonas, como em comunidades ribeirinhas. Desafios como distância geográfica e escassez de serviços básicos demandam uma abordagem diferenciada com as crianças ribeirinhas. Pensando nisso, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) vem promovendo desde 2012 o Programa Primeira Infância Ribeirinha (PIR).



Levar assistência integral a crianças amazonenses na faixa etária de 0 a 6 anos, residentes em comunidades situadas em Unidades de Conservação.



<https://fas-amazonia.org/componente/primeira-infancia-ribeirinha/>



Núcleo de Conservação e Sustentabilidade - NCS



Amazonas - RDS do Rio Negro, APA do Rio Negro, RDS Mamirauá, RDS Uatumã, RDS do Juma, RDS Cujubim, RDS Uacari



Ensino Fundamental e Médio



Os NCS são espaços formados por salas de aula, refeitório, biblioteca, alojamento para alunos e professores, laboratório de informática e unidades de produção agroecológica, que compõem o modelo de Escolas FAS. Em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Secretarias Municipais de Educação (Semed), Universidades, empresas privadas, organizações não-governamentais e órgãos internacionais, os núcleos garantem educação relevante, em modos formal, complementar e profissionalizante.



Promover a educação para a sustentabilidade em áreas remotas, além de apoiar o poder público a levar soluções em educação, saúde e cidadania adaptadas à realidade das comunidades ribeirinhas do Amazonas.



<https://fas-amazonia.org/componente/nucleos-de-conservacao-e-sustentabilidade/>



Projeto Darcy Ribeiro



Amazonas - RDS do Rio Negro, APA do Rio Negro, RDS Mamirauá, RDS Uatumã, RDS do Juma, RDS Cujubim, RDS Uacari



Ensino Fundamental e Ensino Médio



O projeto tem a finalidade de construir uma ponte entre os saberes tradicionais e a ciência e tecnologia convencionais; e possibilitar aos professores, a oportunidade de descobertas e a sistematização de saberes por meio de vivências e estudos dos recursos naturais existentes na Amazônia. O projeto visa o fortalecimento de uma educação relevante e responde a todos os desafios da implementação dos ODS, dentro de uma abordagem sistêmica e tem por inspiração o educador e antropólogo Darcy Ribeiro, um defensor da escola pública e da Amazônia.



Realizar formação de professores caboclos fazendo uma ponte entre os saberes tradicionais e a ciência e tecnologia convencionais, gerando materiais pedagógicos que valorizem a educação relevante e que promovam o desenvolvimento sustentável, respondendo aos desafios da implementação dos ODS, dentro de uma abordagem sistêmica.



7. Considerações Finais

Os dados e as experiências educacionais aqui compartilhadas almejam gerar um olhar sensível e esperançoso sobre a Amazônia, objetivando que a região seja vista e conhecida em sua diversidade, pluralidade e potência; que as respostas aos seus desafios sejam refletidas e propostas a partir de suas gentes e de seus saberes acumulados.

A Amazônia precisa de olhares aguçados para encontrar respostas específicas aos desafios específicos que a região traz em si. Já não é aceitável que se continue olhando e agindo de modo generalista sobre questões tão peculiares. É preciso encontrar formas de garantir o direito a uma educação que possibilite: o **conhecer** a si mesmo, sua cultura, seus valores, construção de identidade e ampliação dos saberes ao longo da vida; o **fazer** que habilite a vocação e fortaleça a ação coletiva/comunitária; o **conviver** com autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal; o **ser** com compreensão do outro e a percepção das interdependências e das conexões com tudo que nos cerca. Acreditamos na adaptação desses pilares como via para o desenvolvimento de comunidades e de territórios.

A melhoria da educação para as populações tradicionais da Amazônia deve ser vista como um componente prioritário de uma estratégia voltada para a redução do desmatamento e da pobreza na região. A educação deve ser voltada para a resolução de problemas e a superação dos gargalos do desenvolvimento sustentável. A educação deve fazer parte de uma abordagem sistêmica, contemplando todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (Viana 2022).

Agradecemos a participação de todos os atores envolvidos neste processo e todos os esforços empenhados no exercício de compreender um pouco mais sobre o cenário e o engajamento em transformá-lo em algo forte, potente e único. Contamos com o compromisso e envolvimento da sociedade civil, de governos, de financiadores, de cidadãos, de educadores, de entusiastas para fortalecimento de uma proposta educacional que responda efetivamente às necessidades de crianças, adolescentes e jovens amazônicos e que contribua para manutenção da sociobiodiversidade das Amazônias.



8. Referências bibliográficas

AGUIAR, M. A da S. **Impactos da pandemia da covid-19 na educação brasileira e seus reflexos nas políticas e orientações curriculares.** Revista de Estudos Curriculares, v. 11, n. 1, p. 24-45, 2020.

ALMEIDA, A. W. B. **Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”.** In: BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14990/1/Cartografia%20social%20da%20Amaz%c3%b4nia_13_P_BD.pdf. Acesso em 30/10/2021

ANGELO, H. **O desmatamento na Amazônia Brasileira.** Brasília: Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília, 2008. 106 p.

ARROYO, Miguel. **As séries não estão centradas nem nos sujeitos educandos, nem em seu desenvolvimento.** In Solução para as não-aprendizagens: séries ou ciclos? Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2001.

BECKER, B. K. **Geopolítica da amazônia.** Estudos avançados, v. 19, p. 71-86, 2005.

BEZERRA, J. **A Amazônia na Rio+ 20: as discussões sobre florestas na esfera internacional e seu papel na Rio+ 20.** Cadernos EBAPE. BR, v. 10, p. 533-545, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Temas contemporâneos Transversais na BNCC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/>>. Acesso em: 25/10/2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Rádio Câmara. **Especial ONGs 1** – A história das entidades do Terceiro Setor no Brasil.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal/Secretaria de Editoração e Publicações, 2014.

BRASIL. Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm (Acesso em 26/01/2021).

BRASIL. **Lei n. 13.987**, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793> Acesso em: 30 de out. 2021

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

BRASIL. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 30 de out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino.** 2020. Disponível em: <https://vps3574.publiccloud.com.br/cartilhabio.pdf> >. Acesso em 30 de out. 2021.

Censo GIFE 2020 [livro eletrônico] / Gabriela Brettas ; coordenação Carolina Magosso [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : GIFE, 2021.PDF. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>>. Acesso em 09 de janeiro 2022.

CHAVES, M do P. S. R. **Políticas Públicas e Organização Social em Comunidades na Amazônia:** acesso aos bens e serviços sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas. Editora Novas Edições Acadêmicas. 2016.

CHIZZOTTI, A.; SILVA, R. E.V. D. **Base Nacional Comum Curricular e as Classes Multisseriadas na Amazônia.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v.16, n.4, p.1408-1436, out./dez. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.** Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/ Links/09072020_Parecer_CNE_CP11_2020.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09072020_Parecer_CNE_CP11_2020.pdf)>. Acesso em: 30 de out. 2021.

DE MATOS, G. C. G; FERREIRA, M. B. R. **Educação em comunidades amazônicas.** Revista de Educação PUC-Campinas, v. 24, n. 3, p. 367-383, 2019.

DEMENECH, Lauro Miranda. **Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil.** 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/fm3gkNqTH9XS9nBfqcGwgfG/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso: 06/11/2021.

DINIZ, Laise. **Escolas indígenas do Norte: avanços, desafios e inspirações.** In: Montechiare, R. Lázaro, A. (orgs.). Educação e práticas comunitárias [livro eletrônico]: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020, p. 161 a 176.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>>. Acesso: 06/11/2021.

GOERCK, Arthur, LIMA, Laura, DI PIETRO, Caio. **Recortes e Cenários Educacionais em Localidades Ribeirinhas do Amazonas.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/107118021-Recortes-e-cenarios-educacionais-em-localidades-rurais-ribeirinhas-do-amazonas.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrei. **Multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo.** 2008. Disponível em www.faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/multisserie_pauta_salomao_hage.pdf. Acesso em 20 de out. de 2021.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Relatório mensal das ações da Escola da Terra.** Belém: GEPERUAZ/SECADI/MEC, 2020.

HAGE, Salomão Mufarej. **Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na**

Amazônia paraense. R. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 87, n. 217, p. 302-312, set./dez. 2006.

HAGE, Salomão; FARIAS, Maria Celeste Gomes de; ARAUJO, Helen Silva. **Alternância Pedagógica como estratégia de formação dos Educadores do Campo no Curso de Licenciatura em Educação do Campo.** Comunicação apresentada na I Reunião da ANPED Norte. Belém-PA, outubro de 2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos no Brasil | Uma primeira aproximação.** 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=downloadsfile:///D:/Users/d883229/Downloads/liv100643.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório do Mapa das OSCs traça o perfil das OSs e OSCIPs em atividade no Brasil. 2020.** Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/post/2/relatorio-do-mapa-das-oscs-traca-o-perfil-das-oss-e-oscips-em-atividade-no-brasil>>. Acesso em: 27/10/2021.

MARTHA JUNIOR, G. B.; CONTINI, Elisio; NAVARRO, Zander. **Caracterização da Amazônia Legal e macro tendências do ambiente externo.** Embrapa Estudos e Capacitação-Documentos (INFOTECA-E), 2011.

MORAES, M. C. **Transdisciplinaridade e educação.** Revista eletrônica. Rizoma Freireano. Vol. 6, 2010. Disponível em < <http://www.rizomafreireano.org/transdisciplinaridade-e-educacao--maria-candida-moraes> > Acesso em: 29 de junho de 2019.

NOGUEIRA, A. C. F; SANSON, F.; PESSOA, K. **A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais.** XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, v. 21, p. 26, 2007.

NOGUEIRA, A. C. F; SANSON, F.; PESSOA, K. **A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais.** XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, v. 21, p. 26, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Net. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> >. Acesso em: 25/10/2021.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. **Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 57-88, jan./mar. 2014

PIERANTI, O. P; SILVA, L. H. R da. **A questão amazônica e a política de defesa nacional.** Cadernos EBAPE. BR, v. 5, p. 01-11, 2007.

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. **Amazônia: Desenvolvimento e Soberania.** In: Brasil: o estado de uma nação. IPEA, Rio de Janeiro, 2005, pg. 201 a 249)

SILVA, E. M. F da et al. **Um novo ecossistema: florestas urbanas construídas pelo Estado e pelos ativistas.** Estudos Avançados, v. 33, p. 81-102, 2019.

SILVA, W. C, da; MARTINS, P do C da S; BARBOSA, I. dos S. **Temas transversais, oficinas pedagógicas e aprendizagem significativa uma discussão acerca do ensino de ciências na amazônia.** Revista Amazônica de Ensino de Ciências, 2015

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação.** 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>>. Acesso em 07 de nov. 2021>. Acesso em: 06/11/2021.

VIANA, V.M. 2022 (in press). Abordagem sistêmica e bioeconomia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Profunda. **Revista Tempo do Mundo, IPEA** <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm>

WALSH, Catherine. “(De)construir la interculturalidad. Consideraciones críticas desde la po- lítica, la colonialidad y los movimientos indígenas y negros en el Ecuador”. In: FULLER, Norma (ed.). **Interculturalidad y política.** Desafíos y posibilidades. Lima: Red para el desarrollo de las Ciencias Sociales, 2002, p. 115–142.



9. Lista de Figuras

Figura 1 - Panorama geral da educação básica na Amazônia Legal e nas outras regiões. Dados de acesso, progresso e abandono – PNAD Contínua, 2019

15

Figura 2 - Distribuição dos municípios da Amazônia Legal segundo o investimento educacional por aluno da educação básica – FNDE/Siope, 2019

16

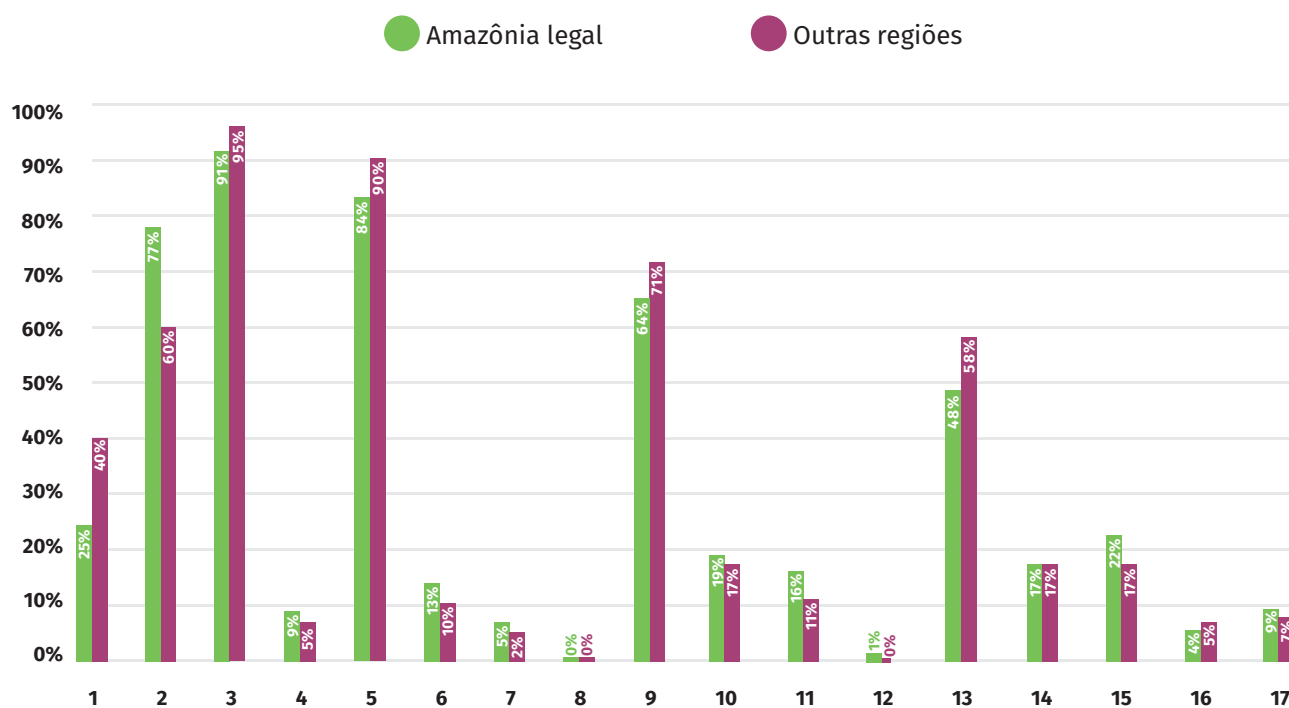
Figura 3 - Acesso à internet nas escolas da Amazônia Legal, por área rural e urbana, Censo INEP/2019

32



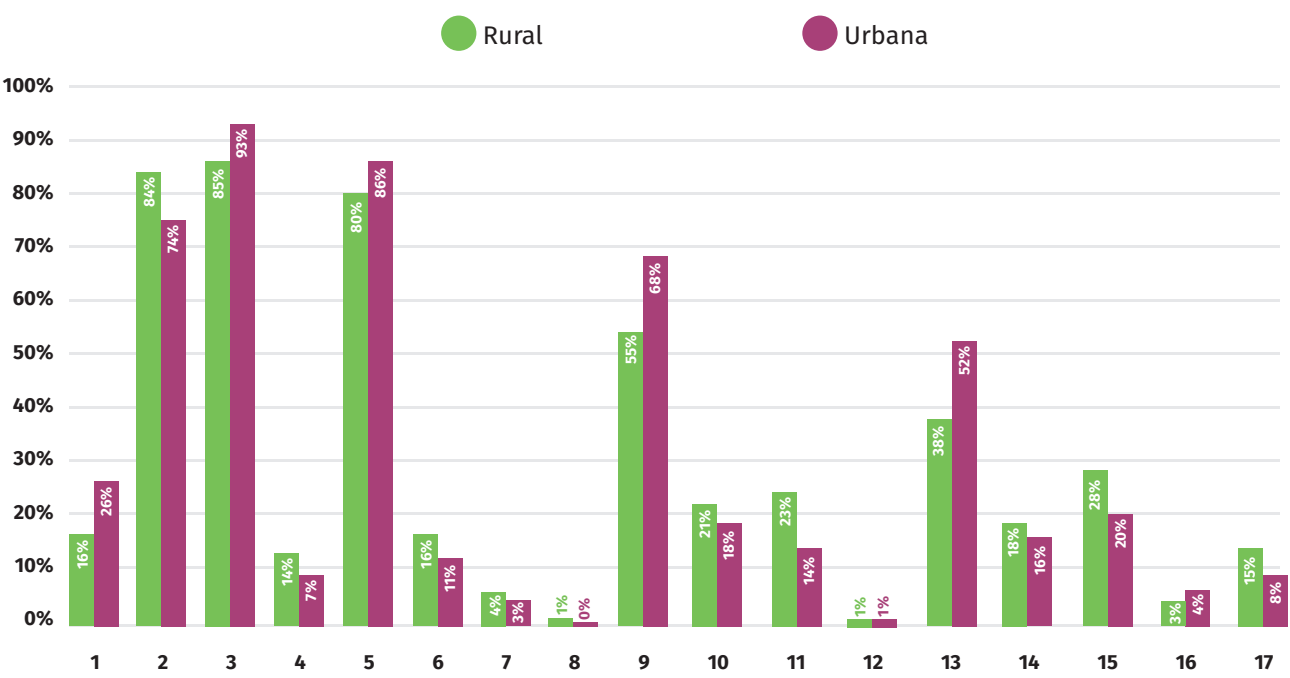
10. Anexos

Os gráficos compartilhados a seguir foram gerados pelo Laboratório de Dados do Instituto Unibanco e evidenciam questões relacionadas ao acesso, progresso e abandono escolar da Educação Básica na Amazônia Legal Brasileira. Os dados, apresentam um cenário educacional chamando atenção para pontos críticos onde devem se concentrar os esforços e investimentos qualitativos para fortalecer as políticas e estratégias na região.



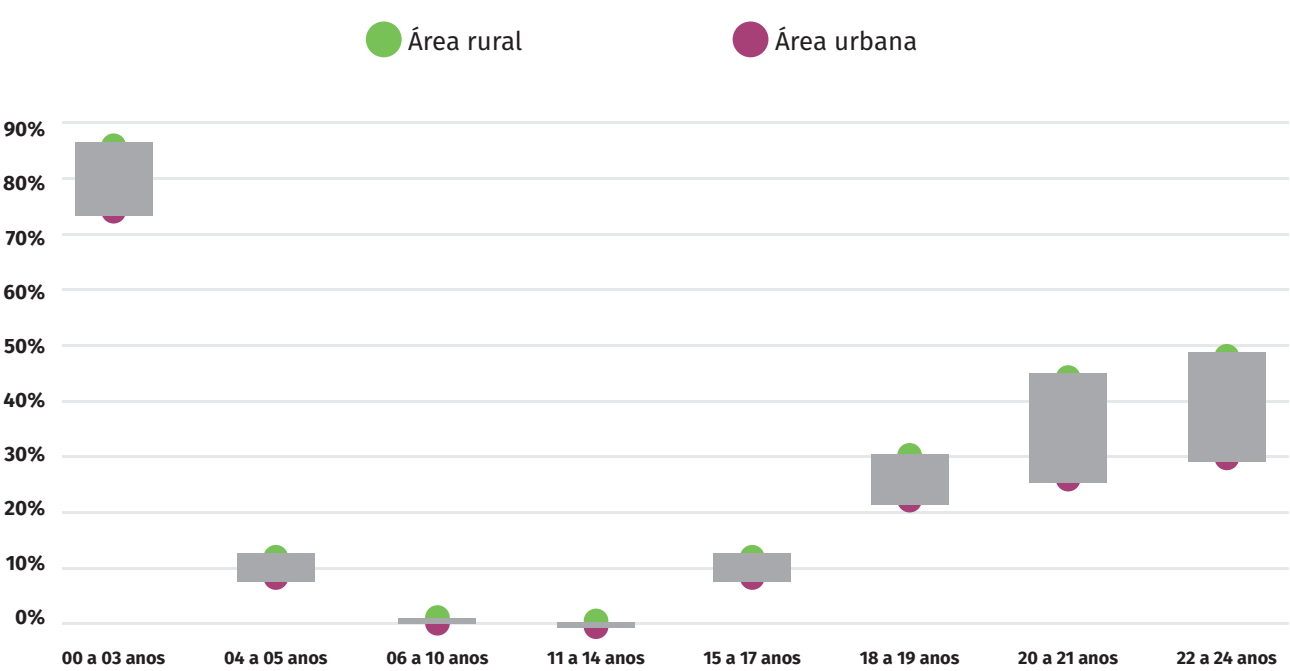
Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019

Panorama geral da Educação Básica nas áreas urbanas e rurais da Amazônia Legal (2019)



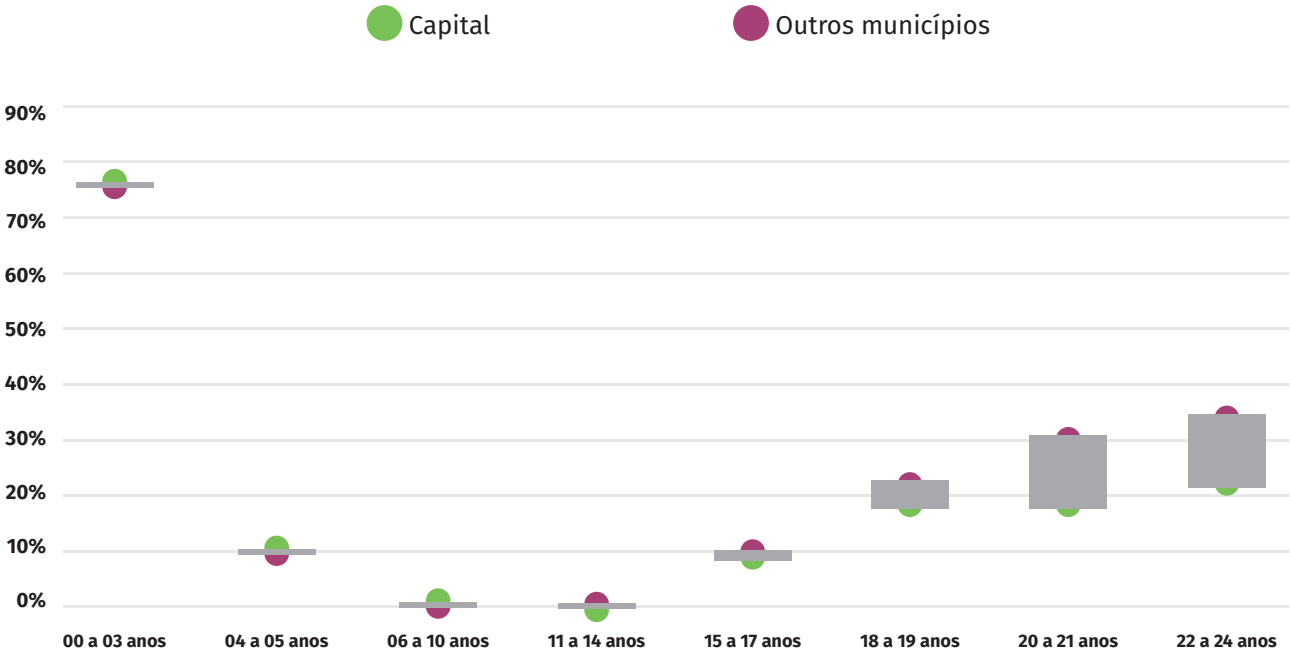
Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019

Porcentagem da população que está fora da escola e não concluiu a educação básica, por faixa etária, nas áreas rurais e urbanas da Amazônia legal (2019)



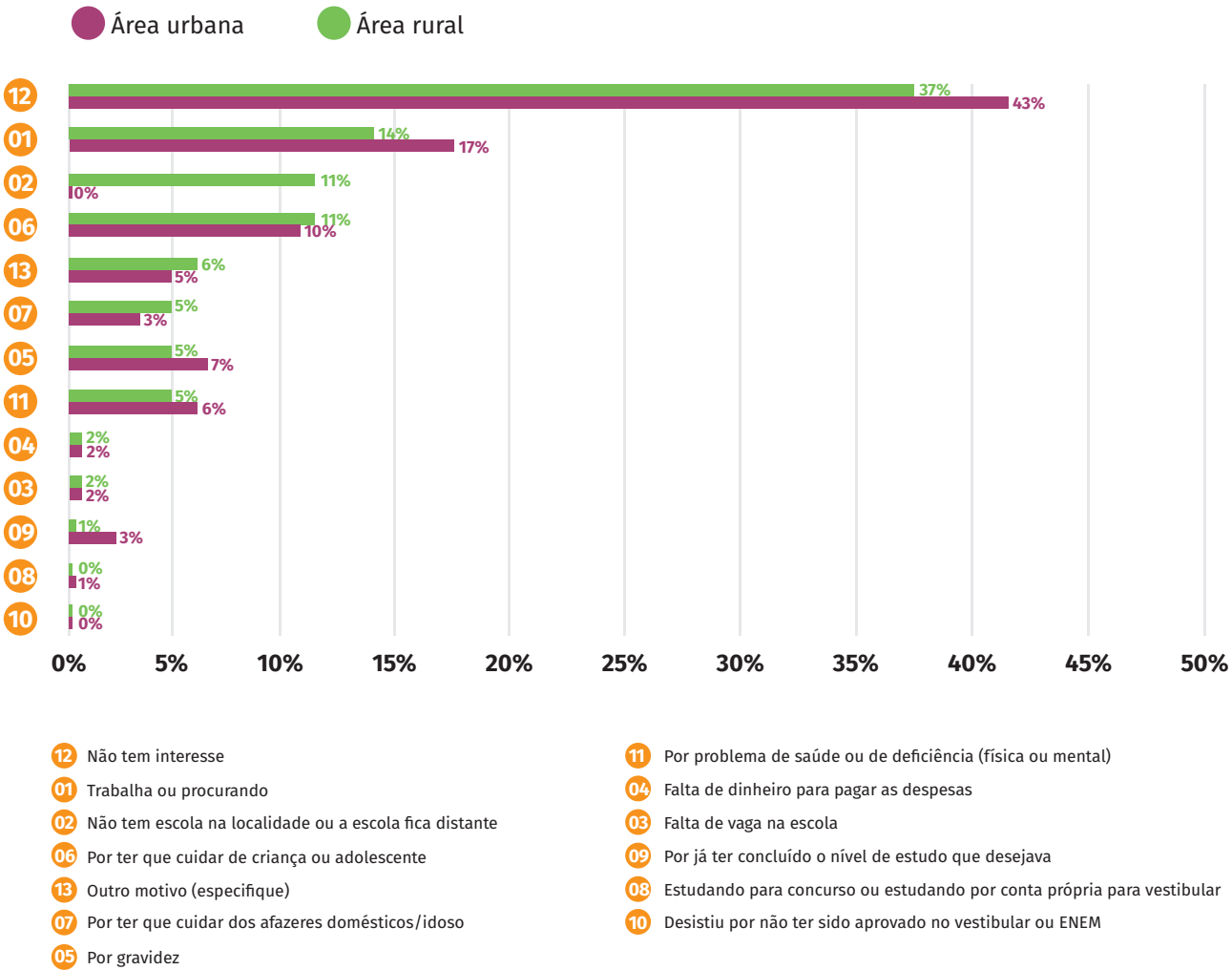
Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019

Porcentagem da população que está fora da escola e não concluiu a educação básica, por faixa etária, nas capitais e nos demais municípios da Amazônia Legal (2019)



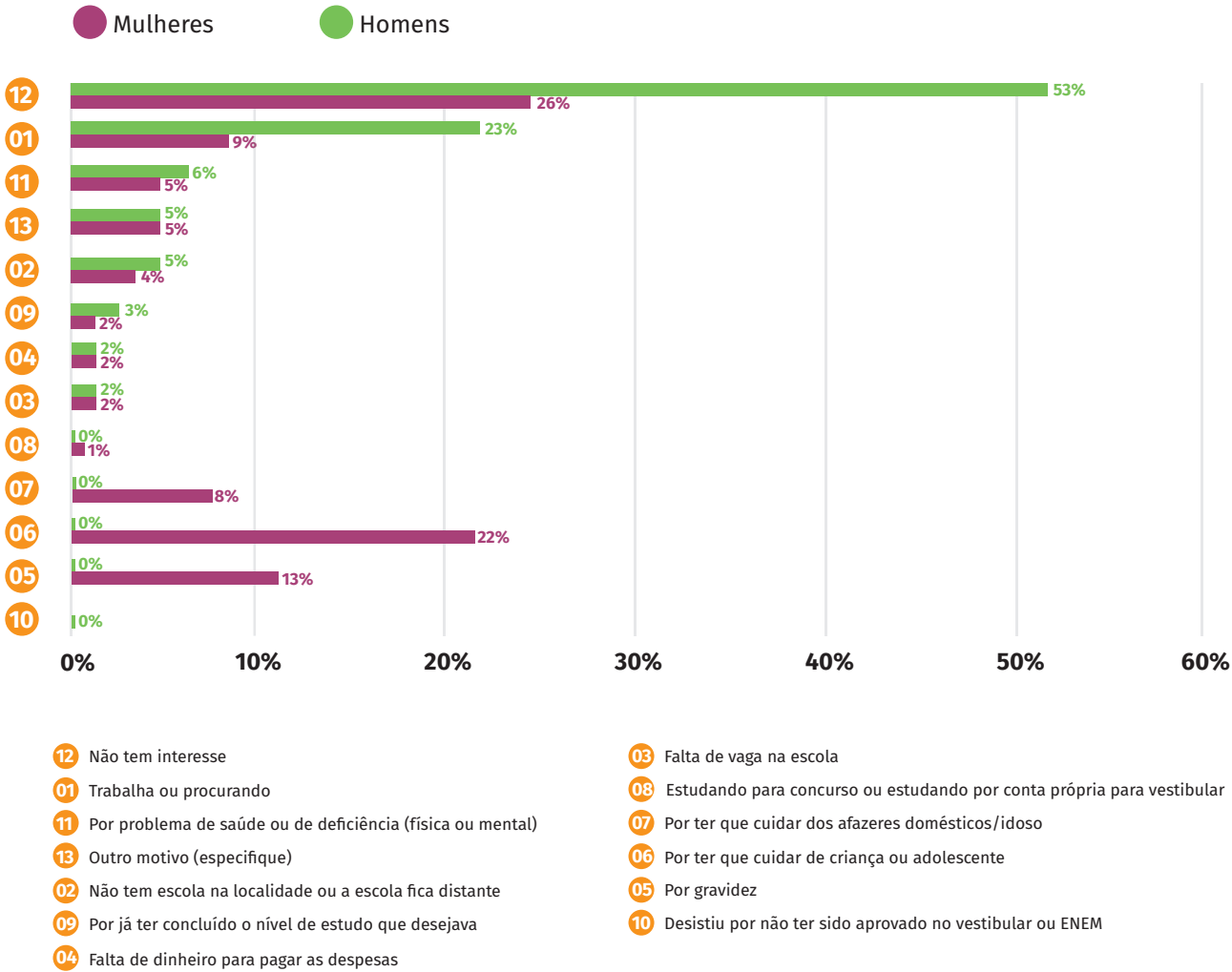
Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019

Jovens de 15 a 19: motivo pelo qual não estão na escola, mesmo não tendo concluído o básico nas áreas urbanas e rurais da Amazônia Legal (2018)



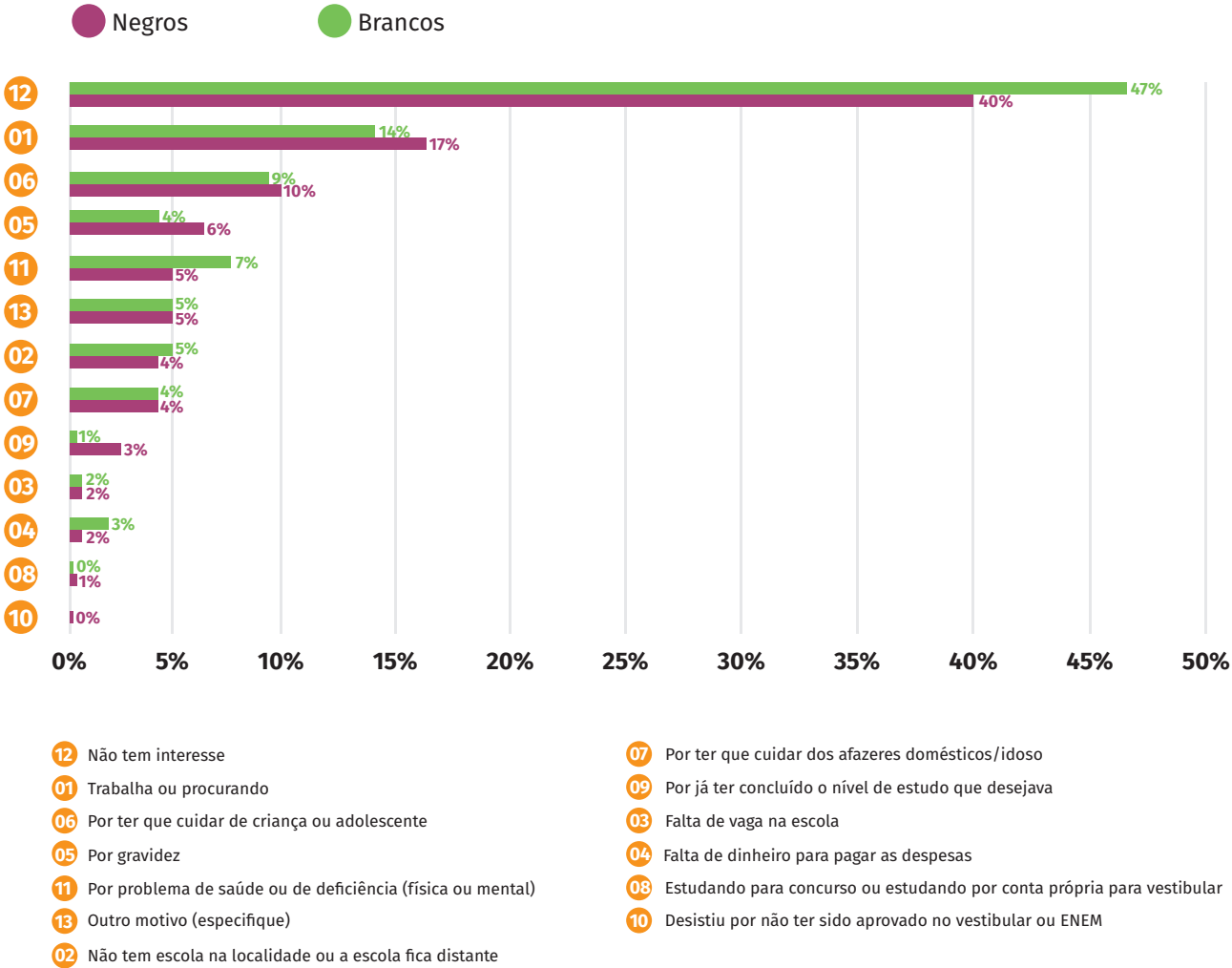
Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019

Jovens de 15 a 19: motivo pelo qual não estão na escola, mesmo não tendo concluído o básico, na Amazônia Legal de acordo com o sexo (2018)



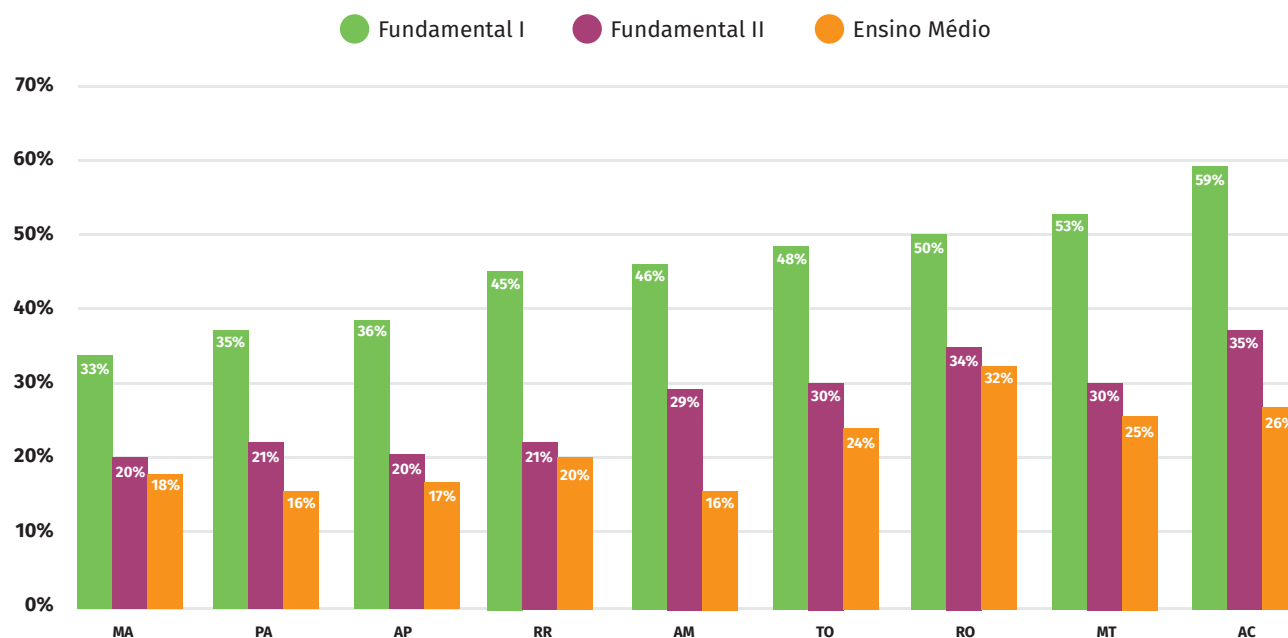
Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019

Jovens de 15 a 19: motivo pelo qual não estão na escola, mesmo não tendo concluído o básico, na Amazônia Legal de acordo com a cor ou raça (2018)



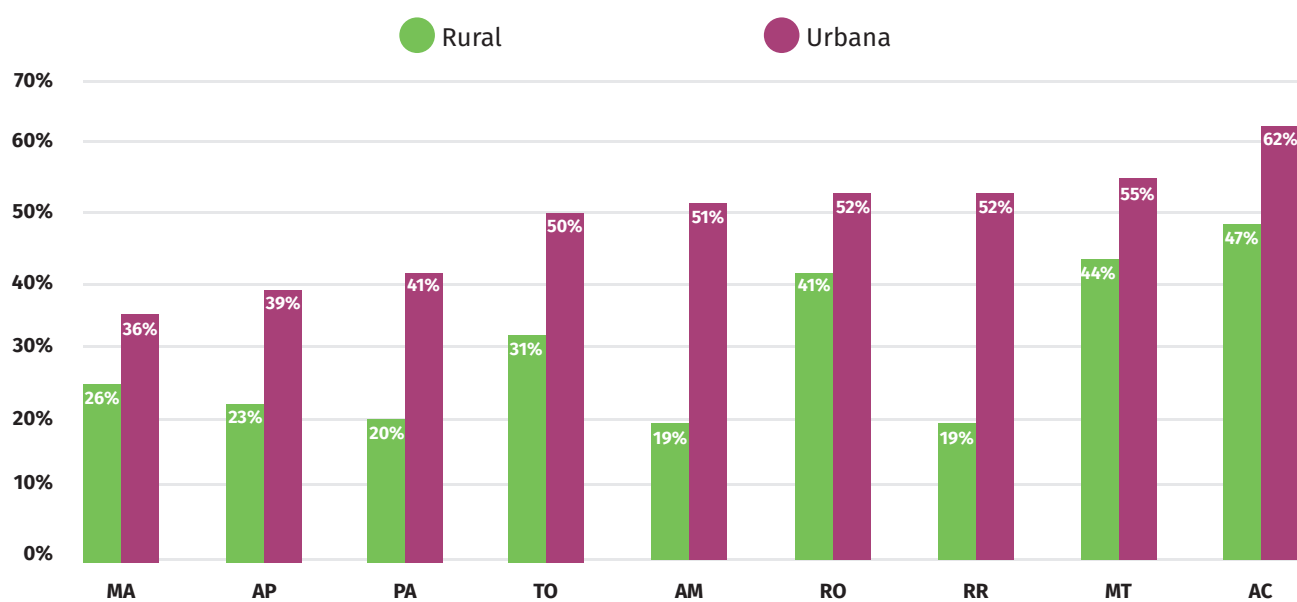
Fonte: PNAD-C, Suplemento de Educação, 2019

Percentual de alunos com nível de aprendizado adequado* em Língua Portuguesa no SAEB 2019 por etapa



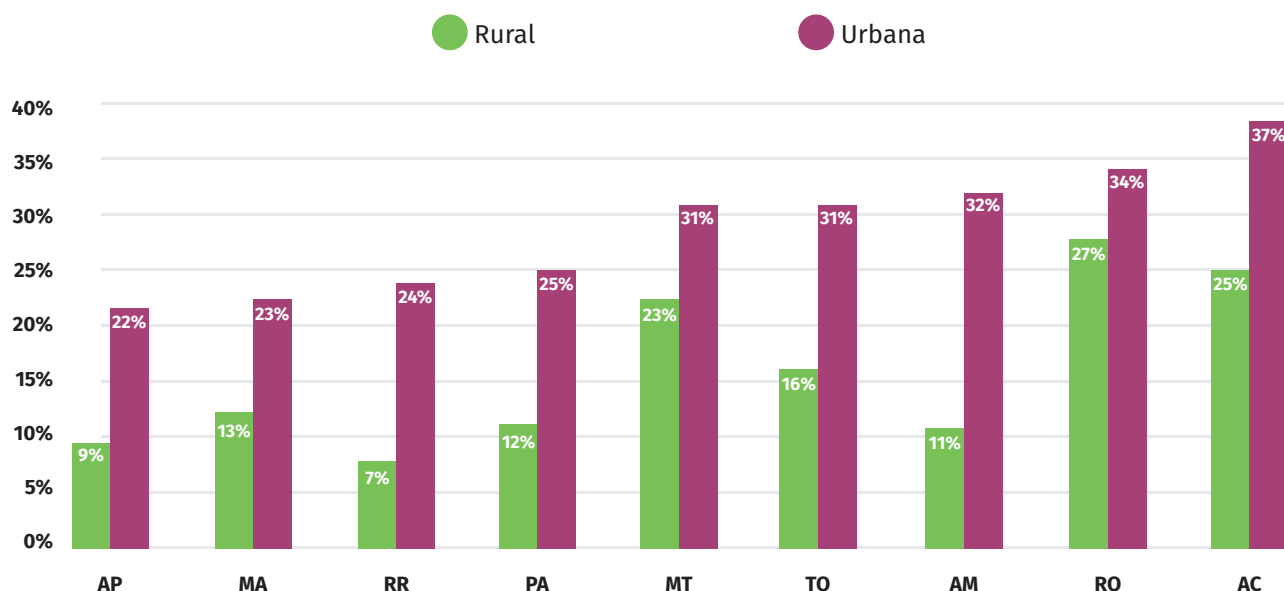
Fonte: SAEB, 2019

Percentual de alunos com nível de aprendizado adequado* em Língua Portuguesa no SAEB 2019 - Ensino Fundamental Anos Iniciais nas áreas urbanas e rurais da Amazônia Legal



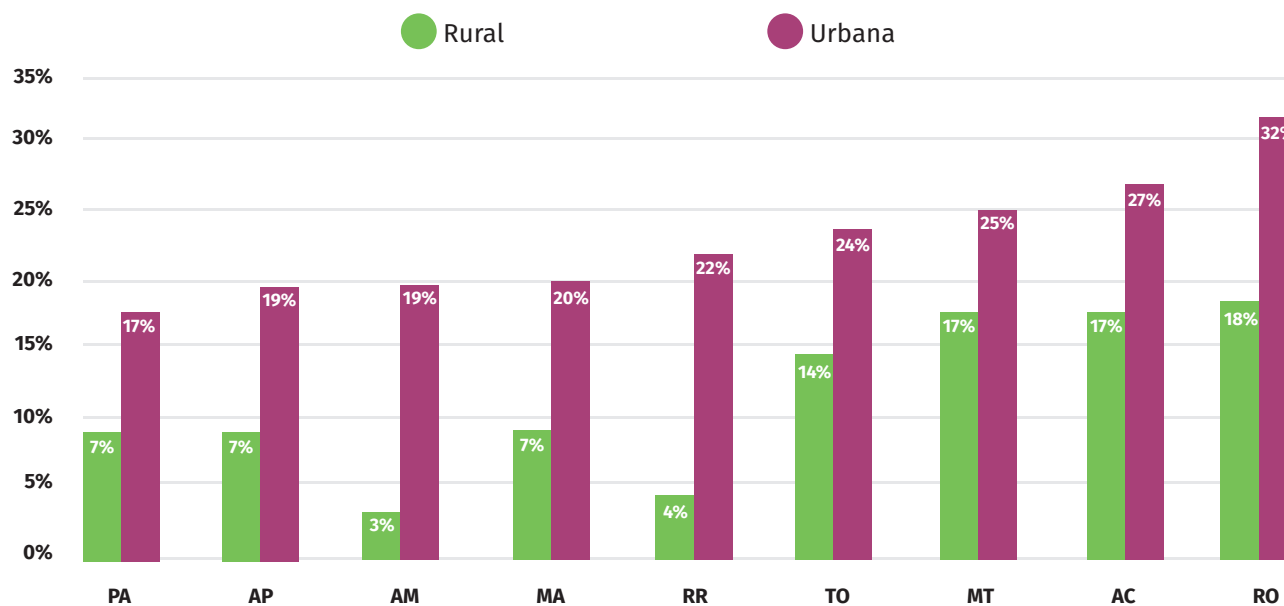
Fonte: SAEB, 2019

Percentual de alunos com nível de aprendizado adequado* em Língua Portuguesa no SAEB 2019 - Ensino Fundamental Anos Finais nas áreas urbanas e rurais da Amazônia Legal



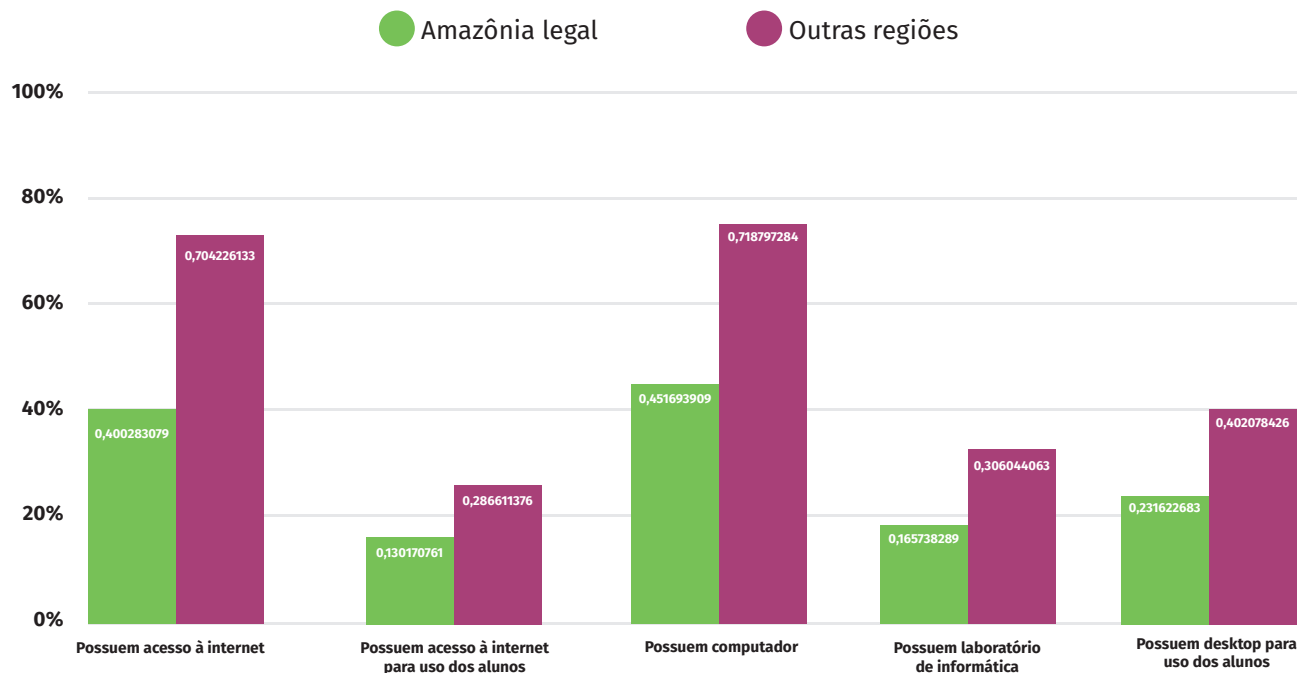
Fonte: SAEB, 2019

Percentual de alunos com nível de aprendizado adequado* em Língua Portuguesa no SAEB 2019 - Ensino Médio nas áreas urbanas e rurais da Amazônia Legal



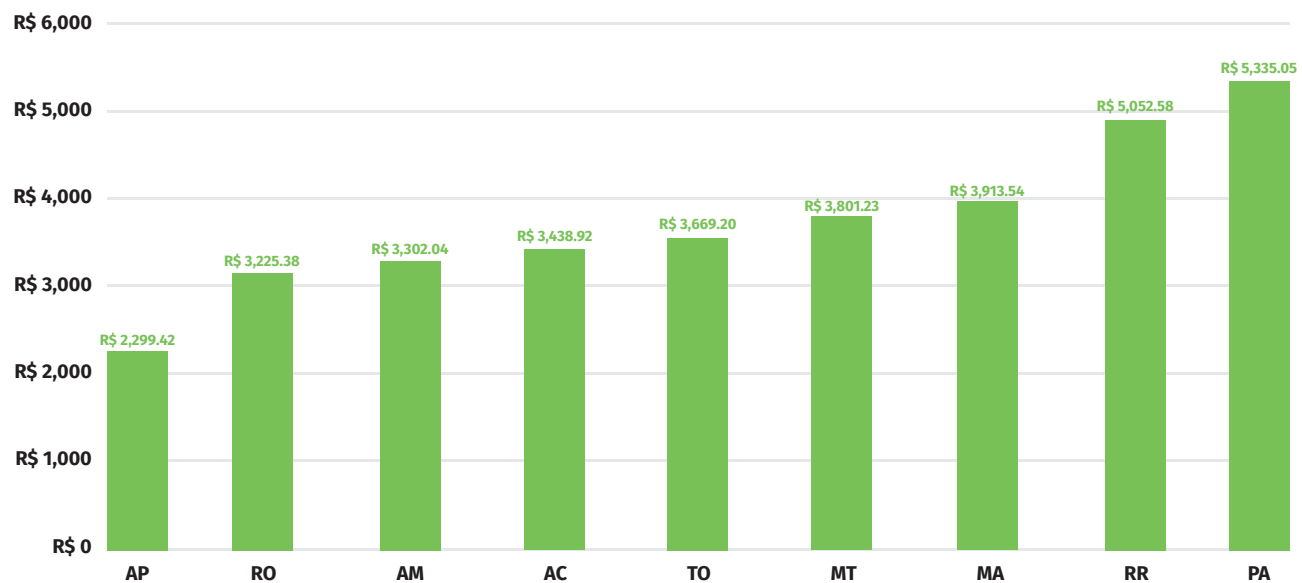
Fonte: SAEB, 2019

Percentual de escolas com acesso às tecnologias na Amazônia Legal e demais regiões (2019)



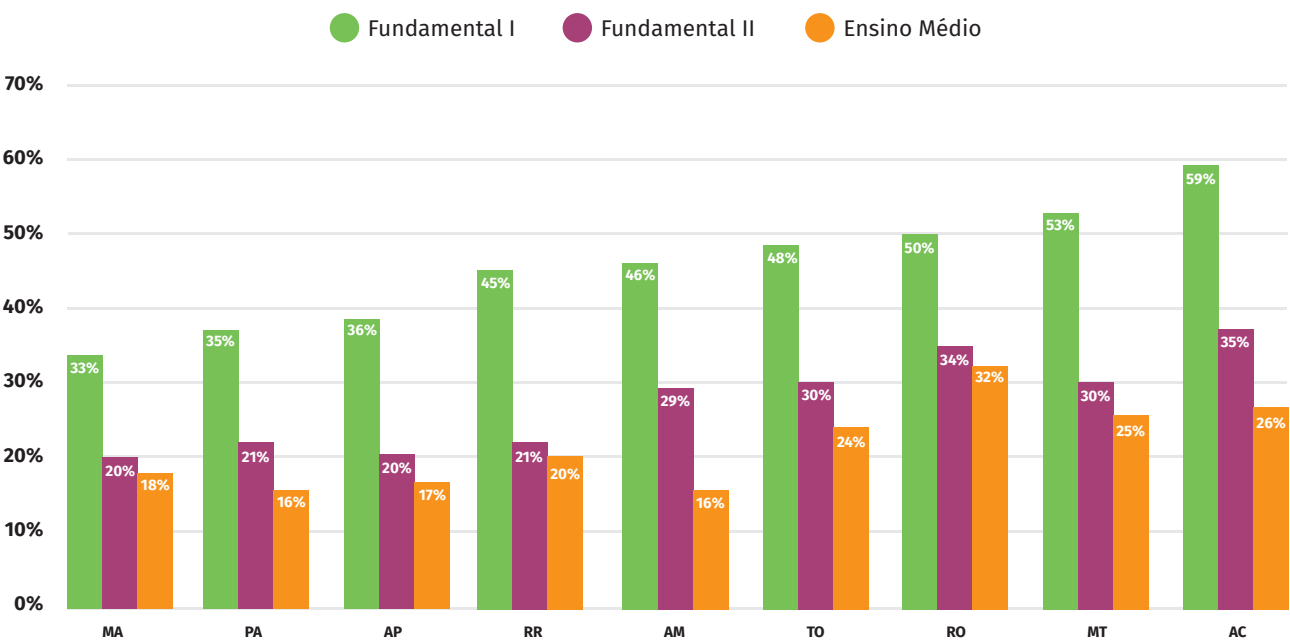
Fonte: Sinopses estatísticas, Inep, 2019

Remuneração média mensal dos docentes padronizada para uma jornada de 40h semanais nas UFs da Amazônia Legal – Educação Básica (2017)



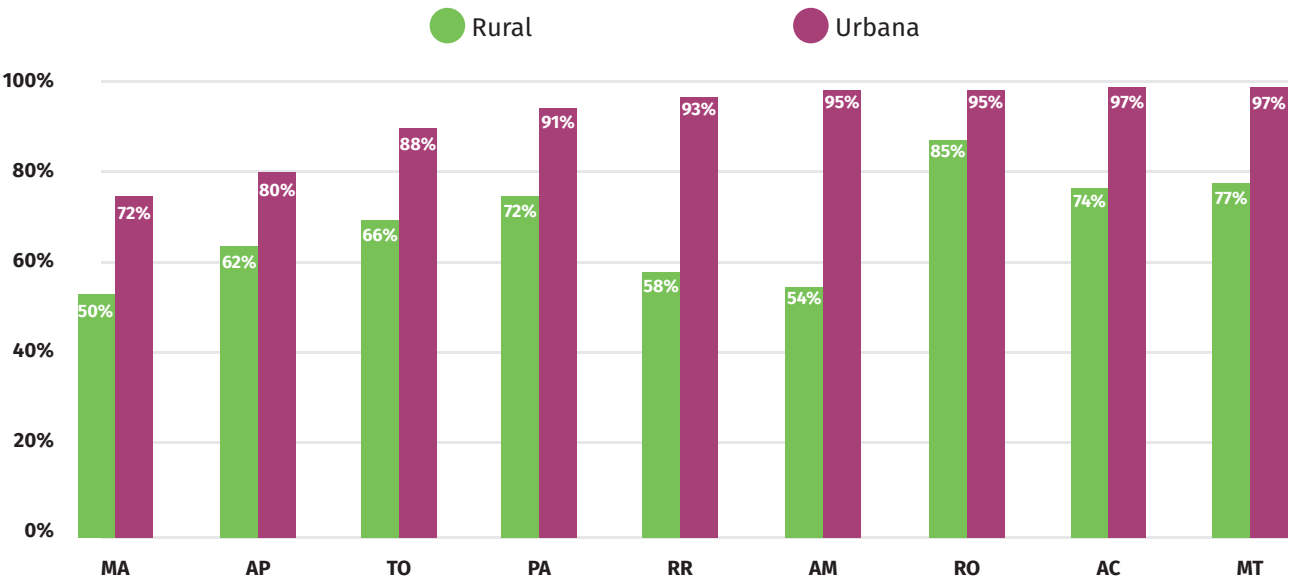
Fonte: Sinopses estatísticas, Inep, 2019

Percentual de docentes com curso superior nas UFs da Amazônia Legal por etapa de ensino (2019)



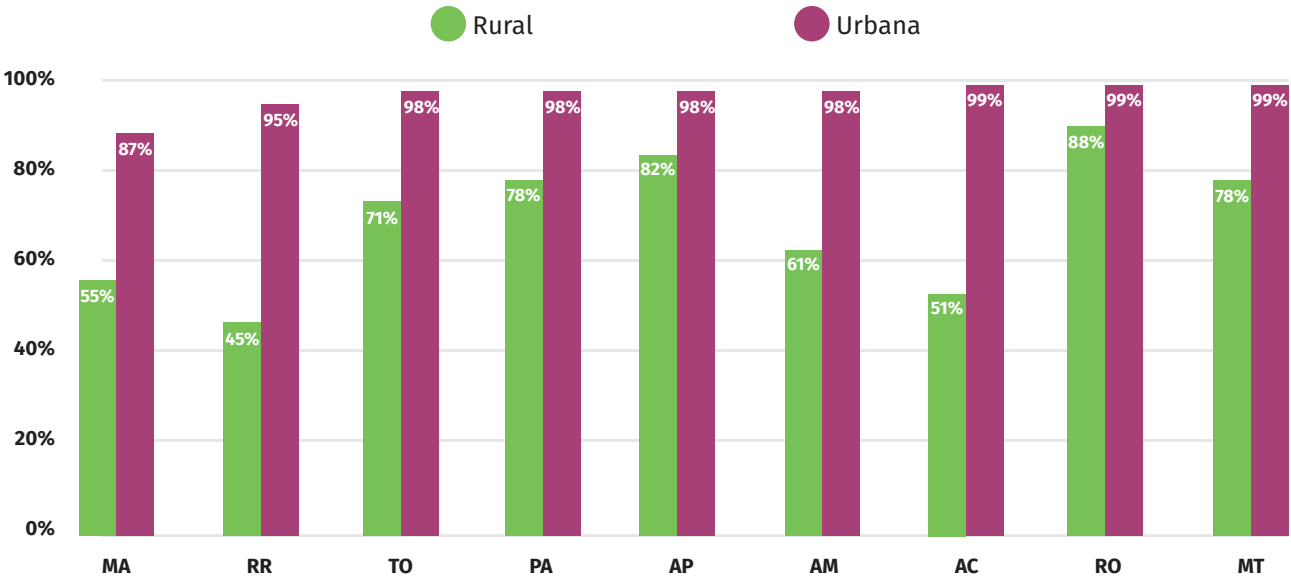
Fonte: Sinopses estatísticas, Inep, 2019

Percentual de docentes com curso superior nas áreas rurais e urbanas da Amazônia Legal - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2019)



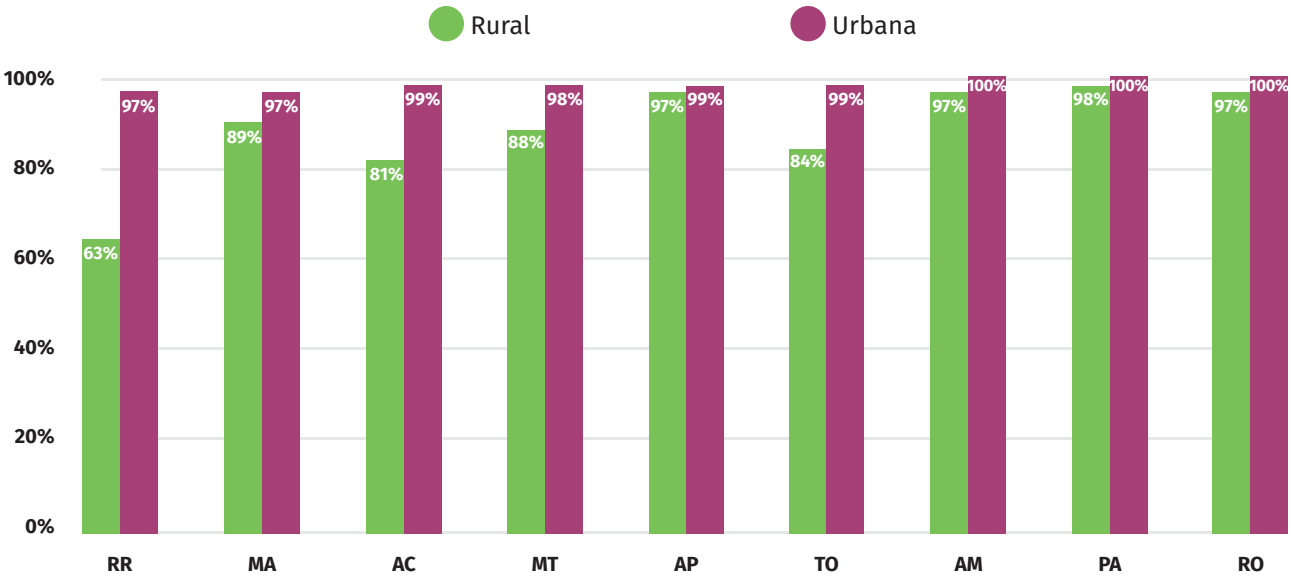
Fonte: Sinopses estatísticas, Inep, 2019

Percentual de docentes com curso superior nas áreas rurais e urbanas da Amazônia Legal - Anos finais do Ensino Fundamental (2019)



Fonte: Sinopses estatísticas, Inep, 2019

Percentual de docentes com curso superior nas áreas rurais e urbanas da Amazônia Legal - Ensino Médio (2019)



Fonte: Sinopses estatísticas, Inep, 2019



Notas metodológicas

Os cenários de acesso e conclusão da educação básica foram gerados a partir dos microdados da pesquisa suplementar sobre Educação da PNAD Contínua – IBGE 2019.

Para comparação com os municípios que são capitais na Amazônia Legal, são apresentados os resultados de “outros municípios”. São considerados “outros municípios” aqueles que não são capitais.

Para as estatísticas de “motivo de não estar na escola”, foram utilizados os microdados da pesquisa suplementar sobre Educação da PNAD Contínua – IBGE do ano de 2018, pois a variável necessária não está disponível para o ano de 2019.

Para as informações sobre aprendizado, apresentadas a partir do percentual de alunos com nível de aprendizado adequado, de acordo com as definições do QEdU, foi utilizada a Planilha de Resultados do SAEB 2019, disponibilizada pelo Inep.

Para os dados de contexto, foram utilizadas fontes a partir do Inep: Sinopses estatísticas 2019 e Indicadores educacionais sobre a educação básica 2017 e 2019 e FNDE - Siope: Indicadores 2019.

Conforme o MEC (2018), a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos a partir da Escala SAEB e os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. O QEdU considera com aprendizado adequado os alunos que estão nos níveis proficiente e avançado. Para o Ensino Médio, foram consideradas as mesmas classificações utilizadas para o 9º Ano do Ensino Fundamental. Segue a classificação do QEdU, de acordo com os níveis de aprendizado:

	Língua portuguesa		Matemática	
	5º Ano	9º Ano	5º Ano	9º Ano
Insuficiente	Até nível 1		Até nível 2	Até nível 1
Básico	Níveis 2 e 3	Níveis 1 e 3	Níveis 3 e 4	Níveis 2 e 4
Proficiente	Níveis 4 e 5	Níveis 4 e 5	Níveis 5 e 6	Níveis 5 e 6
Avançado	A partir do nível 6	A partir do nível 6	A partir do nível 7	A partir do nível 7

Disponível em: Prova Brasil - [http://portal.mec.gov.br/prova-brasil#:~:text=A%20Prova%20Brasil%20e%20o,Teixeira%20\(Inep%2FMEC\)](http://portal.mec.gov.br/prova-brasil#:~:text=A%20Prova%20Brasil%20e%20o,Teixeira%20(Inep%2FMEC))

Escala SAEB - <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/aprendizado-adequado/>

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Criada em 2008, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Reconhecida como uma entidade de assistência social, a FAS trabalha para garantir direitos de populações tradicionais por meio de projetos produtivos de base sustentável e de ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Fundação foi criada a partir de uma parceria entre diversas instituições, entre elas a Petrobras. Vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as ações abrangem as escalas global, amazônica e local, focando nos seguintes eixos: saúde, educação e cidadania, empoderamento comunitário, geração de renda, infraestrutura comunitária, conservação ambiental, gestão e transparência, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A FAS contribui para a conservação ambiental da Amazônia, valorizando a floresta em pé e o bem-estar de comunidades ribeirinhas, com implementação e disseminação de conhecimentos que visem o desenvolvimento sustentável. O objetivo é se transformar em uma referência mundial em soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé, do empoderamento comunitário e da ampliação e fortalecimento de parcerias.

Missão

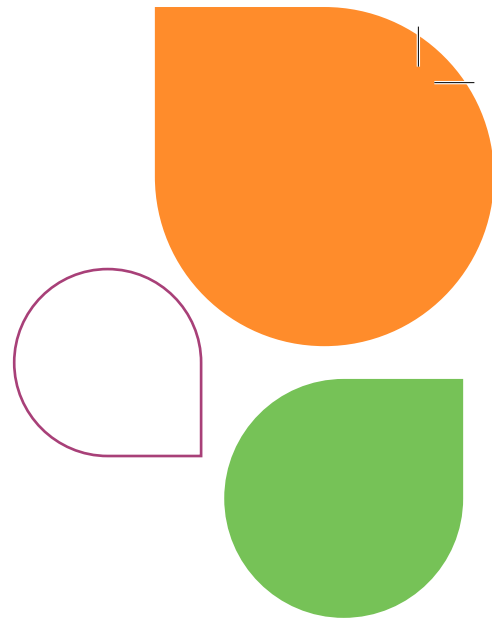
Contribuir para a conservação ambiental da Amazônia através da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas associada à implementação e disseminação do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.

Visão

Ser referência mundial em soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade, do empoderamento comunitário e da ampliação e do fortalecimento de parcerias.

Confira os programas da FAS:

Programa de Gestão e Transparência (PGT)	Por meio de mecanismos e instâncias de gestão, o PGT atua junto à comunidade interna, com planejamento e avaliação de resultados de programas e projetos.
Programa Floresta em Pé (PFP)	O PFP está focado em quatro ações estratégicas: geração de renda, empreendedorismo, infraestrutura e empoderamento comunitário.
Programa Saúde na Floresta (PSF)	Resultado de ações da Aliança Covid Amazônia, o PSF qualifica o acesso à saúde, com políticas públicas e capacitações de profissionais da área.
Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES)	Os trabalhos do PES são voltados à formação de crianças e adolescentes, garantindo oportunidades para uma educação mais inclusiva e de qualidade.
Programa de Soluções Inovadoras (PSI)	Com base em tecnologias sociais e soluções para a sustentabilidade desenvolve-se o PSI, cujos trabalhos focam em parcerias técnicas em PD&I.
Programa de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis (Pensa)	O PENSA auxilia empreendedores de comunidades ribeirinhas e indígenas com incubadora, cursos, oficinas e consultorias para gerir negócios inovadores e acessar créditos.



Contato:

Manaus / Amazonas

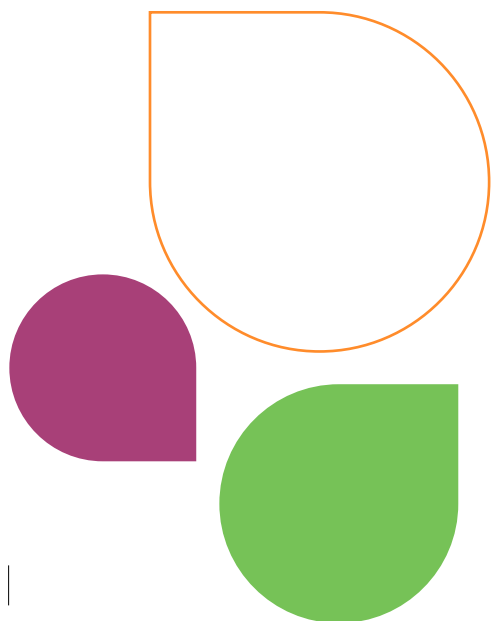
Rua Álvaro Braga, 351 Parque 10 | CEP 69054-595 |

(92) 4009-8900 / 0800 722-6459

fas@fas-amazonas.org | fas-amazonia.org



/fasamazonia



Parceria:

